



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DE SÃO PAULO

2º SIMULADO

Oficial de Promotoria



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **15 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (2º Simulado Geral) Numa parede de uma fábrica de cerveja de Tiradentes (MG), estava escrita a seguinte frase: “Há bares que vêm para o bem”.

Sobre a estrutura e o conteúdo semântico desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

- A) a estrutura dessa pequena frase é de caráter intertextual;
- B) a repetição fônica vêm/bem auxilia a apreensão da frase;
- C) a oração “que vêm para o bem” explica o sentido de “bares”;
- D) a forma plural “vêm” concorda com “bares”;
- E) a forma verbal “Há” tem sentido de “existência”.

2 – (2º Simulado Geral) Muitas frases publicitárias ou poéticas utilizam repetições ou semelhanças fônicas a fim de melhorar o seu efeito; a frase em que essa utilização NÃO está presente é:

- A) “Quem te viu, quem te vê”;
- B) “Príncipe veste hoje o homem de amanhã”;
- C) “O rato roeu a roupa do rei de Roma”;
- D) “Air France: vá e volte voando”;
- E) “Um rei fraco faz fraca a forte gente”.

3 – (2º Simulado Geral) “Em caso de morte no acidente, a vítima pode receber o seguro no próprio escritório da seguradora”.

O problema de construção dessa frase está:

- A) na incoerência lógica dos termos;
- B) na troca indevida entre “acidente” e “incidente”;
- C) na utilização desnecessária de “próprio”;
- D) no erro ortográfico em “seguradora” por “Seguradora”;
- E) no erro de emprego de vírgula após “acidente”.

4 – (2º Simulado Geral) A frase em que está correto o emprego de um dos parônimos mandado/mandato é:

- A) O mandado de senador dura 8 anos;
- B) Impetrou mandato de segurança com pedido de liminar;
- C) Não tinha mandado de busca para entrar na casa;
- D) Todos desejavam que seu mandado de diretor acabasse;
- E) O mandato de apreensão não havia sido expedido.

5 – (2º Simulado Geral) A respeito de algumas tragédias que afetam o nosso país, o jornal O Globo, de 16/02/2019, fez uma reportagem a que deu o título “Por que o Brasil repete as suas tragédias”.

Pelo título dado a essa reportagem, o leitor pode concluir que o texto deve:

- A) mostrar o desprezo das autoridades pelo ambiente natural;
- B) atribuir as culpas das últimas ocorrências;
- C) indicar as consequências dos desastres naturais;
- D) enumerar as tragédias ocorridas;
- E) responder à pergunta do título.

6 – (2º Simulado Geral) Uma reportagem de um jornal carioca sobre a área da saúde pública no nosso país traz o seguinte texto:

“Baixa vacinação contra sarampo ameaça Sudeste. Com o número de casos saltando em média 50% em um ano no mundo, o sarampo registrou o primeiro surto no Brasil em 2019, no Pará. A maior preocupação do Ministério da Saúde é o baixo índice de vacinação contra a doença: 49%. Se não atingir 95%, o sarampo pode passar a outras regiões, como a Sudeste”.

Sobre a estruturação e a significação desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

- A) a classificação de “baixa” para a vacinação aparece justificada no texto;
- B) o destaque dado ao Sudeste se justifica pelo fato de o jornal estar nessa região;
- C) a intenção do texto é a de aumentar a vacinação no país;
- D) a argumentação do texto se apoia na intimidação do público leitor;
- E) o segmento “o primeiro surto no Brasil” se refere ao maior surto de sarampo ocorrido no país.

7 – (2º Simulado Geral) **Texto 1**

Um centro de reumatologia publicou em revista semanal o seguinte texto:

“Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas. Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!

Dores na coluna tem vários motivos e podem estar associadas a doenças. Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”. (adaptado)

O segmento do texto que justifica a existência desse anúncio publicitário é:

- A) “Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas”;
- B) “Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!”;
- C) “Dores na coluna tem vários motivos”;
- D) “... podem estar associadas a doenças”;
- E) “Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”.

8 – (2º Simulado Geral) No texto 1, o problema gramatical está:

- A) na forma verbal “tem” na primeira linha do texto;
- B) na forma do demonstrativo “isso” em lugar de “isto”;
- C) na forma verbal “tem” do segundo parágrafo;
- D) no uso de “vários motivos” em lugar de “motivos vários”;
- E) no emprego de “um especialista” por “especialistas”.

9 – (2º Simulado Geral) Uma reportagem que abordava a delinquência juvenil trazia a seguinte frase: “A maioria desses jovens vivem à custa dos pais”.

A palavra *custa* traz sentido diferente de *custas* no plural, empregada na linguagem jurídica; o exemplo abaixo em que a possível mudança de sentido NÃO ocorre com a passagem do singular para o plural é:

- A) ferro / ferros;
- B) fêria / férias;
- C) cobre / cobres;
- D) humanidade / humanidades;
- E) motivo / motivos.

10 – (2º Simulado Geral) Na tentativa de dar concisão, muitas orações adjetivas podem ser substituídas por adjetivos; a opção abaixo em que essa substituição foi corretamente realizada é:

- A) Não há bem que sempre dure / efêmero;
- B) Nem tudo que reluz é ouro / iluminado;
- C) Fatos que se repetem são cansativos / frequentes;
- D) Sentimentos que duram pouco trazem dor / passageiros;
- E) Muitas moedas que são guardadas perdem valor / resguardadas.

11 – (2º Simulado Geral) Um livro de um autor espanhol sobre os dicionários dizia o seguinte:

“Os anglo-saxões inventaram o *pay-per-view*, que consiste em um programa de televisão previamente pago. Os anglo-saxões terão muita tecnologia, mas nós continuamos tendo muitas palavras. Não por terem mais tecnologia vão ter mais palavras, nem nós menos recursos linguísticos por carecer de recursos econômicos. As palavras não custam dinheiro, ainda que às vezes pareça que as inglesas nos saem mais baratas”.

O último período desse texto discute:

- A) o amplo uso de palavras inglesas no idioma espanhol;
- B) o domínio econômico no terreno linguístico;
- C) a maior eficiência dos termos ingleses;
- D) o predomínio do idioma inglês no mundo;
- E) a normal carência de palavras num idioma.

12 – (2º Simulado Geral) O jornal O Globo, de 15/2/2019, publicou o seguinte texto:

“Sem equipamentos, previsão de tempo no Rio é falha. Dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) mostram que o Rio tem apenas sete estações meteorológicas na capital, insuficientes para prever ou monitorar com precisão o volume de chuvas. Pelo padrão internacional, seriam necessárias 84 no município. Falta de pessoal também é problema”.

Sendo um texto informativo, o texto apresenta a seguinte falha:

- A) mostra dois problemas sem dar detalhes;
- B) deixa de indicar o problema mais grave;
- C) não indica a razão de a previsão ser falha;
- D) anexa uma frase final não previsível no título;
- E) confusão semântica entre Rio, capital e município.

13 – (2º Simulado Geral) “Em linhas gerais a arquitetura brasileira sempre conservou a boa tradição da arquitetura portuguesa. De Portugal, desde o descobrimento do Brasil, vieram para aqui os fundamentos típicos da arquitetura colonial. Não se verificou, todavia, uma transplantação integral de gosto e de estilo, porque as novas condições de vida em clima e terras diferentes impuseram adaptações e mesmo improvisações que acabariam por dar à do Brasil uma feição um tanto diferente da arquitetura genuinamente portuguesa ou de feição portuguesa. E como arquitetura portuguesa, nesse caso, cumpre reconhecer a de característica ou de estilo barroco”.

(Luís Jardim, *Arquitetura brasileira. Cultura, SP: 1952*)

Pela estrutura geral do texto, ele deve ser incluído entre os textos:

- A) descritivos;
- B) narrativos;
- C) dissertativo-expositivos;
- D) dissertativo-argumentativos;
- E) injuntivos.

14 – (2º Simulado Geral) A frase abaixo que mostra um erro quanto à colocação de um pronome pessoal é:

- A) “Não são apenas nossos erros que nos arruinam, mas o modo como agimos depois de cometê-los”.
- B) “Admita seus erros antes que alguém exagere-os”.
- C) “Existe, sem dúvida, um remédio para cada culpa: reconhecê-la”;
- D) “A maioria das pessoas gasta mais tempo e energia ao falar dos problemas do que ao enfrentá-los”.
- E) “Aprendi com a primavera a deixar-me cortar e voltar sempre inteira”.

15 - (2º Simulado Geral) A manchete abaixo em que os termos ligados pela conjunção E mostram a relação lógica de causa e consequência é:

- A) Jornal belga recebe ameaça de bomba e funcionários são retirados.
- B) Franceses mostram coragem e vão à passeata.
- C) Chargistas criam sindicato e se protegem do terror.
- D) Terrorista dá entrevista e se mostra arrependido pela morte de outro muçulmano.
- E) Jornais árabes condenam atentado e defendem o autêntico Islã.

16 – (2º Simulado Geral) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti.

A frase abaixo que exemplifica uma antítese é:

- A) Não se possui o que não se compreende;
- B) A juventude deve ser domada com a razão, não com a força;
- C) Todo nosso conhecimento inicia com sentimentos;
- D) Todo novo conhecimento provoca dissoluções e integrações;
- E) Quem aumenta sabedoria, aumenta dor.

17 – (2º Simulado Geral) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti.

“As riquezas cobrem o homem, e com as suas cores cobrem e escondem não apenas os defeitos do corpo, mas também os da alma.”

O segmento sublinhado da frase pode ser reescrito de modo adequado na seguinte forma:

- A) não apenas os defeitos do corpo, contudo os da alma;
- B) não os defeitos do corpo, mas os da alma;
- C) os defeitos do corpo e os da alma;
- D) somente os defeitos do corpo, mas não os da alma;
- E) tão somente os defeitos do corpo e os da alma.

18 – (2º Simulado Geral) Assinale a alternativa em que o uso do sinal indicativo de crase foi usado corretamente.

- A) Ele deu à perceber que iria embora naquele momento.
- B) Depois de tanto estudo, chegou à conclusões favoráveis.
- C) Vou à Paris no próximo feriado.
- D) Ela ficou presa à nenhum pensamento.
- E) Às vezes, sinto muito frio na minha casa.

19 – (2º Simulado Geral) “Perseguido pelo branco, o negro no Brasil escondeu as suas crenças nos terreiros das macumbas e dos candomblés. O folclore foi a válvula pela qual ele se comunicou com a civilização branca, impregnando-a de maneira definitiva. As suas primitivas festas cíclicas – de religião e magia, de amor, de guerra, de caça e de pesca... – entremostraram-se assim disfarçadas e irreconhecíveis.

O negro aproveitou as instituições aqui encontradas e por elas canalizou o seu inconsciente ancestral:

nos autos europeus e ameríndios do ciclo das janeiras, nas festas populares, na música e na dança, no carnaval...”

(Luís da Câmara Cascudo. Antologia do folclore brasileiro - Volume I. São Paulo, Martins, 1956)

Os termos sublinhados no texto são conectores; o sentido INADEQUADO de um desses conectores é:

- A) pelo / agente de ação;
- B) nos / lugar;
- C) com / companhia;
- D) e / adição;
- E) por / meio.

20 – (2º Simulado Geral) Nas opções a seguir, a primeira oração foi reescrita de modo a dar-se a ela um caráter genérico, com a utilização da partícula se.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma gramaticalmente incorreta.

- A) Todo mundo viu a morte de perto. / Viu-se a morte de perto.
- B) As pessoas reclamam de tudo. / Reclamam-se de tudo.
- C) Muita gente pensa o contrário de todos. / Pensa-se o contrário de todos.
- D) Muitas pessoas não respeitam os horários. / Desrespeitam-se os horários.
- E) Todos cometem as mesmas falhas. / Comete-se as mesmas falhas.

21 – (2º Simulado Geral) “Ler é importante porque leva a pessoa a ter contato com várias ideias diferentes (dos autores), adquirindo assim uma visão mais ampla do mundo e dos conflitos que envolvem a humanidade e a sociedade. Quando se tem uma visão mais ampla, se tem também mais material para formar as próprias ideias e resolver de melhor forma os próprios problemas.”

Brunokabuki.blogspot.com/2019/

A relação lógica entre os dois segmentos sublinhados é a de

- A) simultaneidade temporal.
- B) causa e consequência.
- C) proporcionalidade.
- D) comparação desproporcional.
- E) condição.

22 – (2º Simulado Geral) “A redução da maioria penal é urgente, pois, como mostram as pesquisas de opinião, 98% da nossa população apoia a redução da maioria penal.”

Nesse caso, a opinião expressa está apoiada em um argumento

- A) autoritário.
- B) narrativo.
- C) causal.
- D) opinativo.
- E) tendencioso.

23 – (2º Simulado Geral) Quando procuramos evitar afirmações de certeza absoluta, empregamos expressões de possibilidade. Assinale a opção que, ao contrário, expressa certeza.

- A) A Terra deve tornar-se um planeta desabitado.
- B) É muito provável que a gasolina suba de preço.
- C) Sabe-se que o desemprego é o pior de nossos problemas.
- D) O Brasil, provavelmente, crescerá mais em 2019.
- E) Existe a possibilidade de nosso país ficar mais rico.

24 – (2º Simulado Geral) “96% das empresas que participaram da campanha taxa zero por 100 dias ficaram com a nossa empresa”.

Trecho publicitário de uma empresa de segurança que mostra, no segmento sublinhado, um caso correto de concordância.

A frase abaixo que mostra um erro em tipo semelhante de frase é:

- A) 3% da população emigrou para a Europa;
- B) 1% do grupo saíram em viagem;
- C) 1,5% da turma viajou no final de semana;
- D) 5% dos alunos lamentaram a falta do professor;
- E) 22% dos eleitores acreditam nas pesquisas.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

25 – (2º Simulado Geral) De certo concurso para funcionários de um hospital temos os dados a seguir:

PROFISSÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO POR HORA DE TRABALHO
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30 h	R\$5.100,00	X
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	20 h	R\$3.600,00	Y
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40 h	R\$6.000,00	Z

Em relação à remuneração por hora de trabalho é correto afirmar que

- A) $X > Y > Z$.
- B) $Y > X > Z$.
- C) $X > Z > Y$.
- D) $Y > Z > X$.
- E) $Z > X > Y$.

26 – (2º Simulado Geral) Complete o quadro a seguir.

	Soteropolitano	Não Soteropolitano	Total
Torcedor do Bahia		32	58
Torcedor do Vitória	30	X	
Total	Y		100

O valor de $X + Y$ é

- A) 68.
- B) 66.
- C) 64.
- D) 62.
- E) 60.

27 – (2º Simulado Geral) Os irmãos Gabriel, Rafael e Manuel receberão de herança do pai deles a quantia de R\$ 684.000,00. Entretanto, o testamento determina que essa quantia deverá ser dividida em partes proporcionais ao número de filhos de cada um. Sabe-se que Gabriel tem 3 filhos, Rafael tem 4 e Manuel tem 2.

O valor que Manuel receberá é

- A) R\$ 76.000,00.
- B) R\$ 152.000,00.
- C) R\$ 196.000,00.
- D) R\$ 288.000,00.
- E) R\$ 144.000,00.

28 – (2º Simulado Geral) Entre os números apresentados a seguir, o menor é

- A) 0,8.
- B) 0,71.
- C) 0,707.
- D) 0,88.
- E) 0,910.

29 – (2º Simulado Geral) Cinco pessoas cujos nomes têm as iniciais J, K, L, M e N fizeram as duas provas necessárias para concorrer ao cargo de gerente de uma empresa. As provas foram duas, P1 e P2, com peso 2 para a primeira e peso 1 para a segunda. As notas dos candidatos estão na matriz abaixo.

Considerando as notas da matriz e o critério dado acima, o vencedor será o que tiver maior pontuação.

	J	K	L	M	N
P1	6,4	7,3	6,0	7,6	5,5
P2	7,0	6,2	8,7	6,0	10,0

Quem ganhou o cargo de gerente foi

- A) J.
- B) K.
- C) L.
- D) M.
- E) N.

30 – (2º Simulado Geral) Em um saco há muitas bolinhas, todas do mesmo tamanho, algumas brancas, e as outras pretas. Dessas bolinhas, umas são mais leves e as outras, mais pesadas.

Sabe-se que:

- 70% de todas as bolinhas são brancas.
- 25% das bolinhas leves são pretas.
- 60% das bolinhas pretas são pesadas.

A porcentagem de bolinhas pesadas e brancas nesse saco é de

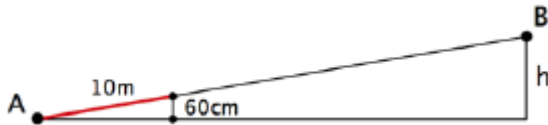
- A) 26%
- B) 30%.
- C) 34%.
- D) 38%.
- E) 42%.

31 – (2º Simulado Geral) Em certo município do sul do Estado do Amazonas o índice pluviométrico no ano 2010 foi 30% menor do que o do ano anterior e, em 2011, foi 40% maior do que o do ano anterior.

Nesse município, o índice pluviométrico de 2011 foi, em relação ao índice de 2009,

- A) maior em 10%.
- B) maior em 2%.
- C) igual.
- D) menor em 2%.
- E) menor em 10%.

32 – (2º Simulado Geral) Uma rampa AB de inclinação constante em relação ao plano horizontal tem 75m de comprimento. Sabe-se que percorrendo 10m sobre essa rampa, a altura aumenta 60cm, como mostra a figura abaixo.



Percorrendo toda a rampa, a altura h assinalada na figura será de:

- A) 4,5m;
- B) 4,8m;
- C) 5,0m;
- D) 5,2m;
- E) 5,4m.

33 – (2º Simulado Geral) Em certa quinta-feira o gerente de uma loja pediu ao seu funcionário para, com sua calculadora, multiplicar os preços de todos os produtos por 0,78, pois o dia seguinte seria a sexta-feira dos descontos.

O desconto que a loja estava oferecendo era de

- A) 0,78%.
- B) 78%.
- C) 0,22%.
- D) 22%.
- E) 2,2%.

34 – (2º Simulado Geral) Marcela percorreu 100km de carro em 2 horas. Mário percorreu a mesma distância, mas com uma velocidade média 20% menor do que a velocidade média de Marcela.

Mário percorreu os 100km em

- A) 2h20min.
- B) 2h24min.
- C) 2h30min.
- D) 2h40min.
- E) 2h45min.

35 – (2º Simulado Geral) Zuleide pagou uma conta atrasada com 5% de multa. O valor total, com a multa incluída, foi de R\$ 294,00.

O valor da multa foi de

- A) R\$ 14,00.
- B) R\$ 14,70.
- C) R\$ 15,20.
- D) R\$ 15,80.
- E) R\$ 16,40.

36 – (2º Simulado Geral) Considere a afirmação: “Nenhum motorista dirige mal”.

A sua negação é:

- A) Há pelo menos um motorista que dirige mal.
- B) Vários motoristas dirigem mal.
- C) Todos os motoristas dirigem mal.
- D) Todos os motoristas dirigem bem.
- E) Todos os pilotos que dirigem bem são motoristas.

37 – (2º Simulado Geral) 11 pessoas, numeradas sequencialmente de 1 a 11 estão dispostas em torno de uma mesa circular de forma que a pessoa seguinte à pessoa 11 é a pessoa 1.

Em um jogo, cada pessoa, na sua vez, deve dizer uma letra do alfabeto e, após isso, a pessoa seguinte deve dizer a letra seguinte do alfabeto. O jogo começou pela pessoa 1 que disse A. Dessa forma, a pessoa 2 disse B, a pessoa 3 disse C e assim por diante. Considere que, no alfabeto de 26 letras, a letra seguinte ao Z seja o A.

A sexta letra Z foi dita pela pessoa

- A) 2.
- B) 5.
- C) 8.
- D) 9.
- E) 11.

38 – (2º Simulado Geral) Considere a afirmação:

“Hoje é sexta-feira e amanhã não trabalharei”.

A negação lógica dessa sentença é

- A) Hoje não é sexta-feira e amanhã trabalharei.
- B) Hoje não é sexta-feira ou amanhã trabalharei.
- C) Hoje não é sexta-feira, então amanhã trabalharei.
- D) Hoje é sexta-feira e amanhã trabalharei.
- E) Hoje é sexta-feira ou amanhã não trabalharei.

39 – (2º Simulado Geral) Sabe-se que a sentença “Se a camisa é azul, então a calça não é branca ou o boné é preto” é FALSA.

É correto então concluir que

- A) a camisa não é azul, a calça não é branca, o boné não é preto.
- B) a camisa é azul, a calça não é branca, o boné é preto.
- C) a camisa não é azul, a calça não é branca, o boné é preto.
- D) a camisa é azul, a calça é branca, o boné não é preto.
- E) a camisa não é azul, a calça é branca, o boné é preto.

40 – (2º Simulado Geral) Sabe-se que a sentença “Patrícia é amazonense ou Marlene não nasceu em Manaus” é FALSA.

É correto concluir que

- A) se Patrícia não é amazonense, então Marlene não nasceu em Manaus.
- B) Patrícia não é amazonense e Marlene não nasceu em Manaus.
- C) se Marlene nasceu em Manaus, então Patrícia é amazonense.
- D) se Patrícia é amazonense, então Marlene não nasceu em Manaus.
- E) Patrícia é amazonense e Marlene nasceu em Manaus.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41 – (2º Simulado Geral) Analise o texto a seguir.

“Funções técnicas: controlam o tráfego do site, identificam os usuários e suas sessões de uso, armazenam conteúdos.

Personalização: ajustam o site de acordo com o idioma, tipo de navegador e a configuração regional de onde está o usuário.

Monitoramento: acompanham e registram o comportamento do público para que seja possível medir e analisar a atividade no site.

Publicidade: permitem administrar os espaços publicitários e exibir anúncios de acordo com o perfil específico de cada usuário.”

Fonte:
<https://www.bbc.com/portuguese/geral-40730996>

No contexto da utilização da Internet e acesso a sites e páginas Web, assinale o objeto principal dessas observações.

- A) *Cache*.
- B) *Cookies*.
- C) *Firewall*.
- D) *Spam*.
- E) *Vírus*.

42 – (2º Simulado Geral) A identificação de um dispositivo na Internet pode ser feita por um endereço IP.

Assinale a opção que indica o endereço IP válido.

- A) @gov.br
- B) http://
- C) #192/158/1/38:80
- D) x@y.com
- E) 192.158.1.38

43 – (2º Simulado Geral) O MS Word permite que um documento seja preparado para exibição na Web. O formato final de exibição pode ser observado na opção *Layout* da Web, na guia *Exibição*, e o arquivo pode ser gerado por meio do comando “*Salvar como*” na guia *Arquivo*.

Assinale a opção que apresenta a extensão mais adequada para a gravação no formato Web.

- A) csv.
- B) htm.
- C) odt.
- D) txt.
- E) xps.

44 – (2º Simulado Geral) Com relação ao domínio “.br”, avalie as afirmações a seguir.

I. É destinado a sites que estejam hospedados fisicamente no Brasil.

II. É regido por uma entidade brasileira.

III. Somente brasileiros, incluindo os naturalizados, podem possuir um domínio “.br”.

É correto o que se afirma em

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I, II e III.

45 – (2º Simulado Geral) No contexto da manipulação de arquivos na Internet, a operação de enviar um arquivo para um computador remoto é conhecida como:

A) Copy;

B) Cut;

C) Download;

D) Paste;

E) Upload.

46 – (2º Simulado Geral) Observe a figura a seguir, que ilustra o acesso ao site do MPSP disponível na Internet.



Com relação ao endereçamento de recursos na Internet, analise as afirmativas a seguir:

I. www.mpsp.mp.br/home é uma URL (*Uniform Resource Locator*).

II. home é o local, de endereçamento lógico ou físico, onde se encontra o recurso (ex.: arquivo) dentro do servidor.

III. www.mpsp.mp.br é o domínio principal que indica o endereço do servidor.

Está correto o que se afirma em:

A) somente I;

B) somente II;

C) somente III;

D) somente I e II;

E) I, II e III.

47 – (2º Simulado Geral) Fábio é o responsável por imprimir o conteúdo de algumas mensagens que recebe por *WebMail*.

Para agilizar seu trabalho e imprimir a página atual, no Internet Explorer 11, Fábio deve usar as teclas

- A) F1.
- B) Ctrl + W
- C) Ctrl + Shift + L.
- D) Ctrl + P.
- E) Ctrl + J.

48 – (2º Simulado Geral) Sophia recebeu a seguinte mensagem por e-mail e percebeu que Pedro não estava na cópia:

De: julio@email.com
Para: sophia@email.com
Cc: tomas@email.com
Assunto: Reunião
Olá Sophia, vamos fazer uma reunião amanhã, com o Tomas e o Pedro, 9h.

Para compartilhar a mensagem com Pedro, que não está nas linhas Para nem Cc, Sophia deve

- A) Encaminhar.
- B) Responder.
- C) Mover.
- D) Redirecionar.
- E) Categorizar.

DIREITO CONSTITUCIONAL

49 – (2º Simulado Geral) Joana, servidora pública do Município Alfa, após preencher os requisitos exigidos, requereu o recebimento de determinado benefício pecuniário previsto no regime jurídico da categoria. A autoridade competente indeferiu o pedido por escrito, sob o argumento de que, apesar de Joana ter preenchido os requisitos exigidos, era filiada a um partido político de oposição ao prefeito municipal.

Considerando a ilegalidade praticada, que violou o seu direito líquido e certo e deixou de reconhecer o benefício que lhe era devido, Joana pode utilizar a seguinte ação constitucional:

- A) habeas data;
- B) ação popular;
- C) mandado de injunção;
- D) mandado de segurança;
- E) mandado de pagamento.

50 – (2º Simulado Geral) Em razão do iminente risco de uma enchente no Município Alfa, o prefeito determinou que os pacientes internados no hospital municipal fossem levados para um imóvel particular que estava desocupado, situado em local mais elevado, o que se deu sem prévia autorização do proprietário.

À luz da sistemática constitucional, a ação do prefeito municipal foi:

A) correta, pois a função social da propriedade permite o seu uso, pelas autoridades constituídas, sempre que entenderem ser útil para o interesse público;

B) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano;

C) errada, pois a propriedade privada, ressalvada a hipótese de desapropriação, não pode ser utilizada sem prévia autorização do proprietário;

D) errada, pois o direito à propriedade é absoluto, salvo se inexistisse qualquer outro imóvel público passível de ser utilizado, o que deveria ser objeto de prova;

E) errada, pois o uso de imóvel privado exige prévia justificativa, declinada em processo administrativo, sendo assegurado ao proprietário o direito à indenização em valor idêntico ao aluguel do imóvel.

51 – (2º Simulado Geral) Nicolas tem 14 anos de idade e está buscando seu primeiro emprego. Em conformidade com a Constituição Federal, Nicolas

A) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, diurno ou noturno, sendo, porém, proibido o trabalho perigoso ou insalubre.

B) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, sendo, porém, proibido o trabalho noturno.

C) está proibido de trabalhar, salvo na condição de aprendiz.

D) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 16 anos de idade.

E) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 18 anos de idade.

52 – (2º Simulado Geral) O avô de Alba, Francisco, é brasileiro nato, tem 61 anos e é contador, enquanto o avô de Cláudia, Alex, também brasileiro nato, tem 75 anos de idade e é professor aposentado. Alba e Cláudia são vizinhas, brasileiras natas e possuem a mesma idade de 21 anos, sendo que Alba é analfabeta e Cláudia está concluindo a sua segunda universidade.

Nesse caso hipotético, considerando apenas os dados fornecidos, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para

- A) Cláudia e facultativos para Francisco, Alex e Alba.
- B) Cláudia; facultativos para Francisco e para Alex; e Alba é inalistável.
- C) Francisco, Alba e Cláudia e facultativos para Alex.
- D) Alba e Cláudia, e facultativos para Francisco e Alex.
- E) Francisco e Cláudia, e facultativos para Alex e Alba.

53 – (2º Simulado Geral) A Promotoria de Justiça com atribuição instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar um comercial na televisão que continha nitidamente propaganda enganosa.

Nesse caso, o objeto do inquérito civil será a apuração de possíveis danos causados a uma espécie de:

- A) direito social;
- B) interesse difuso;
- C) interesse coletivo;
- D) direito disponível;
- E) interesse individual homogêneo.

54 – (2º Simulado Geral) O Ministério Público exerce função essencial à Justiça. Nos termos da Constituição Federal, o Chefe do Ministério Público da União é escolhido, dentre integrantes da carreira,

- A) pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados com sanção do Presidente da República.
- B) por votação direta e secreta dos membros do Ministério Público, com aprovação do Senado Federal.
- C) por indicação dos órgãos de classe do Ministério Público, com nomeação do Presidente da República.
- D) por indicação do plenário do Senado, com aprovação do Presidente da República.
- E) pela Presidência da República, após aprovação do Senado Federal.

55 – (2º Simulado Geral) São órgãos auxiliares do Ministério Público:

- A) os Promotores de Justiça e o Procurador-Geral de Justiça.
- B) o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.
- C) as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
- D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.
- E) a Comissão de Concurso e os Estagiários.

56 – (2º Simulado Geral) No exercício de suas funções, o Ministério Público estadual poderá requisitar informações e documentos de autoridades, bem como de órgãos e entidades da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Segundo a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a requisição que tenha como destinatário governador de estado deverá ser encaminhada

- A) pelo procurador-geral de justiça.
- B) por procurador de justiça atuante na causa.
- C) por promotor de justiça atuante na causa.
- D) pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- E) pelo Conselho Superior do Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

57 – (2º Simulado Geral) Considere que determinado agente público esteja sendo acusado da prática de improbidade administrativa, em decorrência de conduta que causou prejuízo à Administração por falta de zelo na guarda de bens que estavam sob seus cuidados. Tendo em vista que a conduta em questão ocorreu após a edição da Lei nº 14.230/2021, tem-se que

- A) demanda, para efeito de enquadramento como ato de improbidade, a condenação do agente na esfera disciplinar com pena de demissão ou suspensão não convertida em multa.
- B) será caracterizada como ato de improbidade se comprovada negligência, independentemente da ocorrência de enriquecimento ilícito do agente.
- C) depende, para fins de capitulação como ato de improbidade, da conjugação de dois elementos: dano ao erário e enriquecimento ilícito do agente.
- D) embora configure ato de improbidade, não será passível de punição se constatado prejuízo de pequena monta, sendo irrelevante, para tal fim, o elemento subjetivo dolo.
- E) somente configurará ato de improbidade se comprovado dolo do agente, não mais sendo admitidas modalidades culposas para tal tipificação.

58 – (2º Simulado Geral) O Ministério Público estadual deseja ajuizar ação de improbidade administrativa em face de agente público que praticou ato de improbidade administrativa em prejuízo a certo município, localizado no interior de determinado estado da Federação. Nessa situação hipotética, de acordo com o previsto expressamente na lei que regulamenta a ação de improbidade administrativa, a demanda deve ser ajuizada perante o foro do(a)

A) local onde ocorreu o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.

B) domicílio do réu ou do local onde ele possui patrimônio.

C) domicílio do réu ou do local onde ocorreu o dano.

D) pessoa jurídica prejudicada ou da capital do estado.

E) capital do estado ou do local onde o réu possui patrimônio.

59 – (2º Simulado Geral) Conforme dispõe o Ato Normativo nº 664-PGJ-CGMP-CSMP, de 08 de outubro de 2010, exceto nos casos urgentes, o prazo para executar as determinações do Promotor de Justiça é de:

A) 24 horas.

B) 48 horas.

C) 3 dias.

D) 5 dias.

E) 10 dias.

60 – (2º Simulado Geral) Nos termos da Resolução nº 1.342, de 01/07/2021, a notícia de fato será apreciada:

A) no prazo de 10 (dez) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por igual período.

B) no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por igual período.

C) no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias.

D) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.

E) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias.

61 – (2º Simulado Geral) Marta, servidora pública do Estado de São Paulo, ausentou-se do serviço público, sem causa justificável, por cinquenta e dois dias, interpoladamente, durante um ano. Neste caso, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Marta

A) não está sujeita à nenhuma penalidade, porque as faltas foram interpoladas.

B) está sujeita à penalidade de demissão.

C) não está sujeita à nenhuma penalidade, porque as faltas não ultrapassaram sessenta dias.

D) está sujeita apenas à pena de repreensão e multa no valor de cinquenta e dois dias trabalhados.

E) está sujeita apenas à pena de suspensão e multa no valor de cinquenta e dois dias trabalhados.

62 – (2º Simulado Geral) De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, a atuação de funcionários públicos na administração de sociedades comerciais é

A) permitida, exceto, apenas, se a sociedade tiver objeto relacionado com a atividade da repartição ou serviço em que o servidor esteja lotado.

B) permitida, exceto, apenas, se a sociedade mantiver relações comerciais com o Governo do Estado.

C) permitida, exceto, apenas, se a sociedade for subvencionada pelo Governo do Estado.

D) permitida, em se tratando de sociedade em que o Estado seja acionista, bem como em cooperativas e associações de classe.

E) vedada, exceto quando se trate de empresa controlada ou subvencionada pelo Governo do Estado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

63 – (2º Simulado Geral) Credor de obrigação contratual propôs ação de cobrança em face dos três devedores solidários, o que deu azo à instauração de processo eletrônico.

Validamente citados, os réus constituíram advogados diferentes, pertencentes a escritórios de advocacia distintos, tendo cada qual, então, ofertado a sua peça contestatória.

Encerrada a fase instrutória e proferida sentença em que se julgava procedente o pleito autoral, o prazo de que os demandados dispõem para interpor recurso de apelação é:

A) simples;

B) duplicado;

C) duplicado, desde que a peça recursal seja formalmente una;

D) triplicado;

E) quadruplicado.

64 – (2º Simulado Geral) Marcella, advogada de uma empresa em processo que tramita numa Vara Cível da Comarca de Caçador (SC), foi intimada pelo juízo, numa quarta-feira, para a prática de determinado ato processual no prazo de cinco dias.

Considerando ser feriado na segunda-feira da semana seguinte, o termo final do prazo processual concedido à patrona se dá na:

A) segunda-feira da semana seguinte;

B) terça-feira da semana seguinte;

C) quarta-feira da semana seguinte;

D) quinta-feira da semana seguinte;

E) sexta-feira da semana seguinte.

65 – (2º Simulado Geral) No tocante à atuação do Ministério Público no processo civil, é INCORRETO afirmar que:

A) lhe é assegurada a prerrogativa da intimação pessoal dos atos processuais, mediante carga, remessa ou meio eletrônico.

B) lhe é assegurada a prerrogativa do prazo duplicado para apresentar contestação;

C) a sua intervenção, como custos legis, é obrigatória nos processos que envolvam interesse de incapazes.

D) lhe é assegurada a faculdade de interpor recursos caso funcione como órgão agente, mas não como custos legis;

E) lhe é assegurada a possibilidade de produzir provas, ainda que funcione como custos legis.

66 – (2º Simulado Geral) A respeito da Resolução nº 125/2010, é correto afirmar que:

A) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos dois servidores com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos.

B) Nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, é obrigatória a implantação de Centros onde exista um juízo, juizado, vara ou subseção, desde que atendidos por centro regional ou itinerante.

C) O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas, inclusive universidades e instituições de ensino, sendo vedada a atuação de entidades privadas.

D) Os Centros contarão com um juiz coordenador, vedada a atuação de um adjunto.

E) O coordenador do Centro poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo.

67 – (2º Simulado Geral) Assinale a alternativa que corresponda ao mecanismo de autocomposição recomendado toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais.

A) Negociação.

B) Práticas restaurativas.

C) Conciliação.

D) Convenções processuais.

E) Mediação.

68 – (2º Simulado Geral) Nos termos da Res. 225/2016 do CNJ, são princípios que orientam a justiça restaurativa:

- A) a publicidade e a consensualidade
- B) o empoderamento e a confidencialidade
- C) a formalidade e a reparação dos danos
- D) a parcialidade e a corresponsabilidade
- E) a obrigatoriedade e a espontaneidade

DIREITO PENAL

69 – (2º Simulado Geral) Lauro, condutor não habilitado, no intuito de se precaver em eventual fiscalização ao dirigir sua motocicleta pela cidade, foi até uma delegacia de polícia e registrou boletim de ocorrência de perda de CNH inexistente. Nessa situação hipotética, a conduta de Lauro configurou

- A) falsidade ideológica.
- B) falsidade de documento público.
- C) falsidade de documento particular.
- D) comunicação falsa de crime ou contravenção.
- E) denúncia caluniosa.

70 – (2º Simulado Geral) X, servidor público, pega, da repartição pública em que trabalha, cinco caixas com 50 canetas esferográficas, cujo valor é de R\$ 40,00 cada uma, antes de encerrar o expediente, aproveitando-se de que era o último a sair da sala e de que não havia mais ninguém no local.

Nessa situação hipotética, a conduta praticada por X é caracterizada como

- A) concussão.
- B) peculato.
- C) atípica, em razão da insignificância da conduta.
- D) furto.
- E) corrupção ativa.

71 – (2º Simulado Geral) No Ministério Público do Estado X, Perseu, servidor público, na função de supervisão do setor de RH, tomou conhecimento (e, posteriormente presenciou) que sua subordinada Afrodite, também servidora pública do *parquet*, rotineiramente, registrava o horário de almoço das 11 às 12 horas e se ausentava após esse horário para efetivamente almoçar, estendendo seu horário em duas horas todos os dias e contrariando as regras do órgão. Perseu soube que isso ocorria há mais de um mês, no entanto, por indulgência, deixou de apurar a infração disciplinar e nem mesmo comunicou o fato a seus superiores. A conduta de Perseu, estará sujeita ao previsto no crime de:

- A) excesso de exação.
- B) condescendência criminosa.
- C) corrupção ativa.
- D) prevaricação.
- E) concussão.

72 – (2º Simulado Geral) Tício e Tácito, trabalhadores autônomos do ramo de construção civil, fazendo-se passar por policiais civis, compareceram na empresa “X” aduzindo ter em mãos um mandado de busca e apreensão diante de suspeita de crime tributário, e de um mandado de prisão temporária contra Manoel, um dos sócios daquela empresa. Para não cumprir os mandados, Tício e Tácito solicitaram e receberam a quantia de R\$ 3.000,00 em dinheiro de Rodrigo, o outro sócio diretor da empresa. No caso apresentado, Tício e Tácito cometeram crime de

- A) corrupção ativa.
- B) usurpação de função pública.
- C) corrupção passiva.
- D) concussão.
- E) exercício arbitrário ou abuso de poder.

73 – (2º Simulado Geral) Patrício, ao chegar em sua residência, constatou o desaparecimento de um relógio que havia herdado de seu falecido pai. Suspeitando de um empregado que acabara de contratar para trabalhar em sua casa e que ficara sozinho por todo o dia no local, Patrício registrou o fato na Delegacia própria, apontando, de maneira precipitada, o empregado como autor da subtração, sendo instaurado o respectivo inquérito em desfavor daquele “suspeito”. Ao final da investigação, o inquérito foi arquivado a requerimento do Ministério Público, ficando demonstrado que o indiciado não fora o autor da infração.

Considerando que Patrício deu causa à instauração de inquérito policial em desfavor de empregado cuja inocência restou demonstrada, é correto afirmar que o seu comportamento configura

- A) fato atípico.
- B) crime de denúncia caluniosa dolosa.
- C) crime de denúncia caluniosa culposa.
- D) crime de comunicação falsa de crime ou contravenção.
- E) crime de autoacusação falsa.

74 – (2º Simulado Geral) Luiz é muito amigo do magistrado Paulo. Certo dia, sabedor de que seu vizinho é parte em ação indenizatória a ser julgada por Paulo, oferece ajuda para exercer influência sobre a decisão do referido magistrado. Para tanto, solicita que seu vizinho lhe dê 30% do valor a ser obtido em caso de êxito na ação indenizatória. O magistrado, que não sabia o que estava ocorrendo, acabou julgando a causa em favor do vizinho de Luiz, que, por sua vez, cumpriu o combinado, repassando parte do valor obtido a Luiz.

O crime cometido por Luiz foi:

- A) tráfico de influência (Artigo 332 do Código Penal brasileiro).
- B) corrupção ativa (Artigo 333 do Código Penal brasileiro).
- C) fraude processual (Artigo 347 do Código Penal brasileiro).
- D) advocacia administrativa (Artigo 321 do Código Penal brasileiro).
- E) exploração de prestígio (Artigo 357 do Código Penal brasileiro).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

75 – (2º Simulado Geral) Em relação ao acordo de não persecução penal (ANPP), assinale a opção correta.

- A) O Ministério Público é obrigado a notificar o investigado no caso de recusa do oferecimento do ANPP.
- B) O magistrado pode determinar compulsoriamente que o Ministério Público ofereça o acordo, caso verifique a presença dos requisitos legais para tanto.
- C) Não é cabível o ANPP na prática de crime cometido com grave ameaça, ainda que a pena mínima seja inferior a quatro anos.
- D) O ANPP constitui direito subjetivo do investigado.
- E) O ANPP só se aplica aos fatos ocorridos posteriormente à entrada em vigor da Lei n.º 13.964/2019.

76 – (2º Simulado Geral) Ação penal pública incondicionada é promovida mediante

- A) queixa pela vítima.
- B) queixa pelo Ministério Público.
- C) denúncia pela vítima.
- D) denúncia pelo Ministério Público.
- E) queixa pelo Ministério Público após representação da vítima.

77 – (2º Simulado Geral) Chega notícia através da Ouvidoria do Ministério Público da prática de determinado crime e que possivelmente haveria omissão da Delegacia de Polícia na apuração. Em razão disso, o Promotor de Justiça instaura procedimento de investigação criminal no âmbito da própria Promotoria. Sobre o poder investigatório do Ministério Público, de acordo com a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, a conduta do promotor foi:

A) ilegal, pois o Ministério Público não tem poder para investigar diretamente e por meio próprio a prática de qualquer crime;

B) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, desde que haja omissão da Polícia Civil, ainda que não exista inquérito policial instaurado anteriormente;

C) ilegal, pois o Ministério Público somente pode investigar diretamente se houver inquérito policial instaurado previamente e confirmada a omissão da autoridade policial;

D) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, respeitados os direitos constitucionais do investigado, assim como eventual foro por prerrogativa de função;

E) ilegal, somente cabendo ao Ministério Público exercer o controle da atividade policial.

78 – (2º Simulado Geral) Conforme dispõe a Resolução 1.364/2021, o procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de:

A) 15 (quize) dias, vedada a prorrogação.

B) 30 (trinta) dias, admitida uma única prorrogação por igual período.

C) 60 (sessenta) dias, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas.

D) 90 (noventa) dias, por igual período, prorrogações sucessivas.

E) 120 (cento e vinte) dias, admitida uma única prorrogação por igual período.

79 - (2º Simulado Geral) De acordo com o que dispõe a Resolução n. 1.364/2021, assinale a alternativa correta.

A) O procedimento investigatório criminal não poderá ser instaurado de ofício pelo membro do Ministério Público.

B) O procedimento investigatório criminal é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

C) Em poder de quaisquer peças de informação, é vedado ao membro do Ministério Público encaminhar as peças para o Juizado Especial Criminal, caso a infração seja de menor potencial ofensivo.

D) A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

E) O membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições criminais, deverá dar andamento, no prazo de 15 (quinze) dias a contar de seu recebimento, às representações, requerimentos, petições e peças de informação que lhe sejam encaminhadas, podendo ser prorrogado, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares.

80 – (2º Simulado Geral) Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo

A) somente as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

B) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

C) somente os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.

D) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima de 36 meses, desde que não cumulada com multa.

E) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

QUESTÕES COMENTADAS

1 – (2º Simulado Geral) Numa parede de uma fábrica de cerveja de Tiradentes (MG), estava escrita a seguinte frase: “Há bares que vêm para o bem”.

Sobre a estrutura e o conteúdo semântico desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

- A) a estrutura dessa pequena frase é de caráter intertextual;
- B) a repetição fônica vêm/ bem auxilia a apreensão da frase;
- C) a oração “que vêm para o bem” explica o sentido de “bares”;
- D) a forma plural “vêm” concorda com “bares”;
- E) a forma verbal “Há” tem sentido de “existência”.

Comentário

A) a estrutura dessa pequena frase é de caráter intertextual;

CORRETA. A intertextualidade é a presença textual de elementos semânticos e/ou formais que se referem a outros textos produzidos anteriormente. É o que ocorre na nossa questão, já que há a citação da frase escrita numa parede de uma fábrica de cerveja.

B) a repetição fônica vêm/bem auxilia a apreensão da frase;

CORRETA. Como as palavras “vêm” e “bem” rimam, elas facilitam a nossa apreensão, memorização.

C) a oração “que vêm para o bem” explica o sentido de “bares”;

INCORRETA. Perceba que o pronome “que” pode ser tranquilamente substituído por “os quais”, tratando-se de um pronome relativo, a qual introduz uma oração subordinada adjetiva.

As Orações Subordinadas Adjetivas são aquelas que exercem a função sintática de adjetivo.

Em regra, são introduzidas por pronomes relativos (que, quem, qual, quanto, onde, cujo, etc.), os quais exercem a função de adjunto adnominal do termo anterior.

As orações subordinadas adjetivas podem ser explicativas ou restritivas.

Como identificar?

1º) As explicativas são separadas por vírgula e possuem o objetivo de explicar o termo anterior ao qual se referem

Exemplos:

1) O exame final, que estava muito difícil, deixou todos apreensivos.

Oração Principal: O exame final deixou todos apreensivos.

Oração Subordinada Adjetiva Explicativa: que estava muito difícil.

2) João, que é o mais calmo da turma, surpreendeu a todos.

Oração Principal: João surpreendeu a todos.

Oração Subordinada Adjetiva Explicativa: que é o mais calmo da turma.

2º) as orações restritivas restringem ou delimitam o significado de seu antecedente, e não são separadas por vírgulas.

Exemplos:

1) As pessoas que são racistas merecem ser punidas.

Oração Principal: As pessoas merecem ser punidas.

Oração Subordinada Adjetiva Restritiva: que são racistas.

2) As pessoas que não praticam esporte costumam ser mais doentes.

Oração Principal: As pessoas costumam ser mais doentes.

Oração Subordinada Adjetiva Restritiva: que não praticam esporte.

No caso da nossa questão, repare que não foram utilizadas as vírgulas, de forma que estamos diante da oração subordinada adjetiva restritiva, a qual não tem o objetivo de explicar o termo anterior, mas sim restringir ou delimitar o seu alcance.

D) a forma plural “vêm” concorda com “bares”;

CORRETA. De fato, a forma verbal "vêm" está flexionada na terceira pessoa do plural para concordar com "bares".

E) a forma verbal “Há” tem sentido de “existência”.

CORRETA. De fato, o verbo haver foi empregado no sentido de existir. E, nesse caso, o verbo “haver” se torna impessoal, só podendo ser flexionado na terceira pessoa do singular.

GABARITO C

2 – (2º Simulado Geral) Muitas frases publicitárias ou poéticas utilizam repetições ou semelhanças fônicas a fim de melhorar o seu efeito; a frase em que essa utilização NÃO está presente é:

- A) “Quem te viu, quem te vê”;
- B) “Príncipe veste hoje o homem de amanhã”;
- C) “O rato roeu a roupa do rei de Roma”;
- D) “Air France: vá e volte voando”;
- E) “Um rei fraco faz fraca a forte gente”.

Comentário

B) “Príncipe veste hoje o homem de amanhã”;

CORRETA. O segredo da resolução das questões de português da FGV é analisar cada termo de cada frase de cada alternativa com muita atenção. Como os textos são curtos, é possível ler e reler várias vezes.

O enunciado nos disse que muitas frases publicitárias ou poéticas utilizam repetições ou semelhanças fônicas.

Perceba que na alternativa “b” não há nenhuma palavra repetida ou com semelhança fônica.

GABARITO B

3 – (2º Simulado Geral) “Em caso de morte no acidente, a vítima pode receber o seguro no próprio escritório da seguradora”.

O problema de construção dessa frase está:

- A) na incoerência lógica dos termos;
- B) na troca indevida entre “acidente” e “incidente”;
- C) na utilização desnecessária de “próprio”;
- D) no erro ortográfico em “seguradora” por “Seguradora”;
- E) no erro de emprego de vírgula após “acidente”.

Comentário

A) na incoerência lógica dos termos;

CORRETA. Se a pessoa morreu no acidente, como será possível receber o seguro no escritório da seguradora? Não há lógica aqui.

GABARITO A

4 – (2º Simulado Geral) A frase em que está correto o emprego de um dos parônimos mandado/mandato é:

- A) O mandado de senador dura 8 anos;
- B) Impetrou mandato de segurança com pedido de liminar;
- C) Não tinha mandado de busca para entrar na casa;
- D) Todos desejavam que seu mandado de diretor acabasse;
- E) O mandato de apreensão não havia sido expedido.

Comentário

O que são parônimos: são palavras que apresentam significados diferentes embora sejam parecidas na grafia ou na pronúncia.

Exemplos:

- 1) Acender: atear fogo

Ascender: subir

2) Acento: sinal gráfico

Assento: lugar para sentar

3) Conserto: reparo

Concerto: seção musical

No caso da nossa questão, foram indagados os termos parônimos mandato e mandado.

Mandato: é usado como sinônimo de autorização para agir em nome de outra pessoa.

Ex: O governador exerceu o seu mandato por 4 anos.

Mandado: é usado como sinônimo de decreto ou ordem judicial.

Ex: O policial foi cumprir o mandado de prisão.

Visto tais considerações, vamos analisar as alternativas:

A) O ~~mandado~~ de senador dura 8 anos;

INCORRETA. O correto seria “mandato”.

B) Impetrou ~~mandato~~ de segurança com pedido de liminar;

INCORRETA. O correto seria “mandado”.

C) Não tinha mandado de busca para entrar na casa;

CORRETA. O termo “mandado” foi empregado corretamente como sinônimo de ordem judicial de busca e apreensão.

D) Todos desejavam que seu mandado de diretor acabasse;

INCORRETA. O correto seria mandato.

E) O mandato de apreensão não havia sido expedido.

INCORRETA. O correto seria mandado.

GABARITO C

5 – (2º Simulado Geral) A respeito de algumas tragédias que afetam o nosso país, o jornal O Globo, de 16/02/2019, fez uma reportagem a que deu o título “Por que o Brasil repete as suas tragédias”.

Pelo título dado a essa reportagem, o leitor pode concluir que o texto deve:

- A) mostrar o desprezo das autoridades pelo ambiente natural;
- B) atribuir as culpas das últimas ocorrências;
- C) indicar as consequências dos desastres naturais;
- D) enumerar as tragédias ocorridas;
- E) responder à pergunta do título.

Comentário

E) responder à pergunta do título.

CORRETA. Se o título do texto é uma pergunta, o leitor pode concluir que o texto deve responder à pergunta que foi tratada no próprio título.

GABARITO E

6 – (2º Simulado Geral) Uma reportagem de um jornal carioca sobre a área da saúde pública no nosso país traz o seguinte texto:

“Baixa vacinação contra sarampo ameaça Sudeste. Com o número de casos saltando em média 50% em um ano no mundo, o sarampo registrou o primeiro surto no Brasil em 2019, no Pará. A maior preocupação do Ministério da Saúde é o baixo índice de vacinação contra a doença: 49%. Se não atingir 95%, o sarampo pode passar a outras regiões, como a Sudeste”.

Sobre a estruturação e a significação desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

- A) a classificação de “baixa” para a vacinação aparece justificada no texto;
- B) o destaque dado ao Sudeste se justifica pelo fato de o jornal estar nessa região;
- C) a intenção do texto é a de aumentar a vacinação no país;
- D) a argumentação do texto se apoia na intimidação do público leitor;
- E) o segmento “o primeiro surto no Brasil” se refere ao maior surto de sarampo ocorrido no país.

Comentário

E) o segmento “o primeiro surto no Brasil” se refere ao maior surto de sarampo ocorrido no país.

INCORRETA. Perceba que a FGV adora perguntar qual é a alternativa INADEQUADA, INCORRETA, EM DESACORDO. Cuidado para não marcar a alternativa adequada, correta, em acordo.

O texto fala que “o sarampo registrou o primeiro surto no Brasil em 2019, no Pará”. O primeiro não quer dizer o maior já ocorrido no país.

GABARITO E

7 – (2º Simulado Geral) **Texto 1**

Um centro de reumatologia publicou em revista semanal o seguinte texto:

“Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas. Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!

Dores na coluna tem vários motivos e podem estar associadas a doenças. Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”. (adaptado)

O segmento do texto que justifica a existência desse anúncio publicitário é:

- A) “Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas”;
- B) “Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!”;
- C) “Dores na coluna tem vários motivos”;
- D) “... podem estar associadas a doenças”;
- E) “Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”.

Comentário

E) “Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”.

CORRETA. Como se trata de um anúncio publicitário, ou seja, uma propaganda, a justificativa desse texto é fazer com que você procure um especialista para diagnosticar suas dores nas costas, evitando, assim, a automedicação.

E o segmento que justifica essa finalidade é “Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”.

GABARITO E

8 – (2º Simulado Geral) No texto 1, o problema gramatical está:

- A) na forma verbal “tem” na primeira linha do texto;
- B) na forma do demonstrativo “isso” em lugar de “isto”;
- C) na forma verbal “tem” do segundo parágrafo;
- D) no uso de “vários motivos” em lugar de “motivos vários”;
- E) no emprego de “um especialista” por “especialistas”.

Comentário

C) na forma verbal “tem” do segundo parágrafo;

CORRETA. Qual é o plural de tem? Existem as duas formas de conjugação do verbo TER no presente do indicativo: “tem” para 3ª pessoa do singular e “têm” para 3ª pessoa do plural.

Tem: singular

Têm: plural

No caso, o verbo “ter” deveria estar no plural (“têm”) para concordar com “dores” na coluna.

GABARITO C

9 – (2º Simulado Geral) Uma reportagem que abordava a delinquência juvenil trazia a seguinte frase: “A maioria desses jovens vivem à custa dos pais”.

A palavra custa traz sentido diferente de custas no plural, empregada na linguagem jurídica; o exemplo abaixo em que a possível mudança de sentido NÃO ocorre com a passagem do singular para o plural é:

- A) ferro / ferros;
- B) fêria / férias;
- C) cobre / cobres;
- D) humanidade / humanidades;
- E) motivo / motivos.

Comentário

“À custa”: significa através, as expensas de

Ex: Os alunos fizeram o trabalho às custas dos equipamentos tecnológicos que tinham (por meio de)

“As custas”: significas as custas do processo, as custas judiciais.

Ex: As custas foram aceitas por ambas as partes (custas judiciais)

A) ferro / ferros;

INCORRETA. Há mudança de sentido:

Ferro – é o metal

Ferros – pode se referir às algemas, à cela etc.

B) féria / férias;

INCORRETA. Há mudança de sentido:

Féria: remuneração, pagamento

Férias: período de descanso

C) cobre / cobres;

INCORRETA. Há mudança de sentido:

Cobre: é o metal

Cobres: dinheiro miúdo ou em moedas, trocados.

D) humanidade / humanidades;

INCORRETA. Há mudança de sentido:

Humanidade: conjunto de características específicas à natureza humana

Humanidades: é um termo polissêmico que denomina um núcleo de disciplinas que estudam a expressão humana, principalmente a linguagem e a arte em suas várias formas. Abrange, historicamente, a filologia, a linguística, a musicologia, a história e teoria da arte, a teoria literária.

E) motivo / motivos.

CORRETA. Não há mudança de sentido.

Motivo: razão de ser, a causa de qualquer coisa.

Motivos: as razões de ser, as causas de qualquer coisa.

GABARITO E

10 – (2º Simulado Geral) Na tentativa de dar concisão, muitas orações adjetivas podem ser substituídas por adjetivos; a opção abaixo em que essa substituição foi corretamente realizada é:

- A) Não há bem que sempre dure / efêmero;
- B) Nem tudo que reluz é ouro / iluminado;
- C) Fatos que se repetem são cansativos / frequentes;
- D) Sentimentos que duram pouco trazem dor / passageiros;
- E) Muitas moedas que são guardadas perdem valor / resguardadas.

Comentário

A) Não há bem que sempre dure / efêmero;

INCORRETA. “efêmero” é sinônimo de passageiro, temporário. É o sentido oposto de algo que sempre dure.

B) Nem tudo que reluz é ouro / iluminado;

INCORRETA. Algo que reluz é algo que tem luz própria, que brilha, que resplandece. Já “iluminado” é algo que não tem luz própria e precisa de alguém para iluminá-lo.

C) Fatos que se repetem são cansativos / frequentes;

INCORRETA.

“que se repetem” – não traz nada de novo

“frequentemente” – periodicidade

D) Sentimentos que duram pouco trazem dor / passageiros;

CORRETA. Poderíamos também substituir por “efêmero”.

E) Muitas moedas que são guardadas perdem valor / resguardadas.

INCORRETA.

Guardadas: conservadas

Resguardadas: protegidas, abrigadas

GABARITO D

11 – (2º Simulado Geral) Um livro de um autor espanhol sobre os dicionários dizia o seguinte:

“Os anglo-saxões inventaram o pay-per-view, que consiste em um programa de televisão previamente pago. Os anglo-saxões terão muita tecnologia, mas nós continuamos tendo muitas palavras. Não por terem mais tecnologia vão ter mais palavras, nem nós menos recursos linguísticos por carecer de recursos econômicos. As palavras não custam dinheiro, ainda que às vezes pareça que as inglesas nos saem mais baratas”.

O último período desse texto discute:

- A) o amplo uso de palavras inglesas no idioma espanhol;
- B) o domínio econômico no terreno linguístico;
- C) a maior eficiência dos termos ingleses;
- D) o predomínio do idioma inglês no mundo;
- E) a normal carência de palavras num idioma.

Comentário

A) o amplo uso de palavras inglesas no idioma espanhol;

CORRETA.

Vamos retomar o último período:

“As palavras não custam dinheiro, ainda que às vezes pareça que as inglesas nos saem mais baratas”.

O texto foi escrito por um autor espanhol e ele questiona/discute o porquê do uso de tantas palavras em inglês, a exemplo de “pay-per-view”.

GABARITO A

12 – (2º Simulado Geral) O jornal O Globo, de 15/2/2019, publicou o seguinte texto:

“Sem equipamentos, previsão de tempo no Rio é falha. Dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) mostram que o Rio tem apenas sete estações meteorológicas na capital, insuficientes para prever ou monitorar com precisão o volume de chuvas. Pelo padrão internacional, seriam necessárias 84 no município. Falta de pessoal também é problema”.

Sendo um texto informativo, o texto apresenta a seguinte falha:

- A) mostra dois problemas sem dar detalhes;
- B) deixa de indicar o problema mais grave;
- C) não indica a razão de a previsão ser falha;
- D) anexa uma frase final não previsível no título;
- E) confusão semântica entre Rio, capital e município.

Comentário

A) mostra dois problemas sem dar detalhes;

INCORRETA. O texto mostra dois problemas: falta de equipamentos e falta de pessoal. Em relação à falta de equipamentos, o texto apresenta sim os seus detalhes.

B) deixa de indicar o problema mais grave;

INCORRETA. Pela leitura do texto, o problema mais grave é a falta de equipamentos. Tal problema foi indicado.

C) não indica a razão de a previsão ser falha;

INCORRETA. Indica sim: a falta de equipamentos e a falta de pessoal.

D) anexa uma frase final não previsível no título;

CORRETA. É que pelo título, parece que existe apenas o problema da falta de equipamentos. Mas, ao final, o autor anexa um outro problema que não era previsível no título: a falta de pessoal.

E) confusão semântica entre Rio, capital e município.

INCORRETA. Não há essa confusão.

GABARITO D

13 – (2º Simulado Geral) “Em linhas gerais a arquitetura brasileira sempre conservou a boa tradição da arquitetura portuguesa. De Portugal, desde o descobrimento do Brasil, vieram para aqui os fundamentos típicos da arquitetura colonial. Não se verificou, todavia, uma transplantação integral de gosto e de estilo, porque as novas condições de vida em clima e terras diferentes impuseram adaptações e mesmo improvisações que acabariam por dar à do Brasil uma feição um tanto diferente da arquitetura genuinamente portuguesa ou de feição portuguesa. E como arquitetura portuguesa, nesse caso, cumpre reconhecer a de característica ou de estilo barroco”.

(Luís Jardim, Arquitetura brasileira. Cultura, SP: 1952)

Pela estrutura geral do texto, ele deve ser incluído entre os textos:

- A) descritivos;
- B) narrativos;
- C) dissertativo-expositivos;
- D) dissertativo-argumentativos;
- E) injuntivos.

Comentário

Cada texto possuiu uma linguagem e estrutura. Note que existem inúmeros gêneros textuais dentro das categorias tipológicas de texto. Em outras palavras, gêneros textuais são estruturas textuais peculiares que surgem dos tipos de textos: narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo.

1º) Texto Narrativo

Os textos narrativos apresentam ações de personagens no tempo e no espaço. A estrutura da narração é dividida em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho.

Alguns exemplos de gêneros textuais narrativos:

- Romance
- Novela
- Crônica
- Contos de Fada
- Fábula
- Lendas

2º) Texto Descritivo

Os textos descritivos se ocupam de relatar e expor determinada pessoa, objeto, lugar, acontecimento. Dessa forma, são textos repletos de adjetivos, os quais descrevem ou apresentam imagens a partir das percepções sensoriais do locutor (emissor).

São exemplos de gêneros textuais descritivos:

- Diário
- Relatos (viagens, históricos, etc.)
- Biografia e autobiografia
- Notícia
- Currículo
- Lista de compras
- Cardápio
- Anúncios de classificados

3º) Texto Dissertativo-Argumentativo

Os textos dissertativos são aqueles encarregados de expor um tema ou assunto por meio de argumentações. São marcados pela defesa de um ponto de vista, ao mesmo tempo que tentam persuadir o leitor. Sua estrutura textual é dividida em três partes: tese (apresentação), antítese (desenvolvimento), nova tese (conclusão).

Exemplos de gêneros textuais dissertativos:

- Editorial Jornalístico
- Carta de opinião
- Resenha
- Artigo
- Ensaio
- Monografia, dissertação de mestrado e tese de doutorado

4º) Texto Expositivo

Os textos expositivos possuem a função de expor determinada ideia, por meio de recursos como: definição, conceituação, informação, descrição e comparação.

Alguns exemplos de gêneros textuais expositivos:

- Seminários
- Palestras
- Conferências
- Entrevistas
- Trabalhos acadêmicos
- Enciclopédia
- Verbetes de dicionários

5º) Texto Injuntivo

O texto injuntivo, também chamado de texto instrucional, é aquele que indica uma ordem, de modo que o locutor (emissor) objetiva orientar e persuadir o interlocutor (receptor). Por isso, apresentam, na maioria dos casos, verbos no imperativo.

Alguns exemplos de gêneros textuais injuntivos:

- Propaganda
- Receita culinária
- Bula de remédio
- Manual de instruções
- Regulamento
- Textos prescritivos

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/generos-textuais/>

No caso da nossa questão, estamos diante de um texto ARGUMENTATIVO. Perceba que há um tema “arquitetura brasileira”. O autor utiliza argumentos para defender a tese de que não houve uma transplantação integral de gosto e de estio da arquitetura brasileira portuguesa. Possui desenvolvimento e conclusão.

GABARITO D

14 – (2º Simulado Geral) A frase abaixo que mostra um erro quanto à colocação de um pronome pessoal é:

- A) “Não são apenas nossos erros que nos arruinam, mas o modo como agimos depois de cometê-los”.
- B) “Admita seus erros antes que alguém exagere-os”.
- C) “Existe, sem dúvida, um remédio para cada culpa: reconhecê-la”;
- D) “A maioria das pessoas gasta mais tempo e energia ao falar dos problemas do que ao enfrentá-los”.
- E) “Aprendi com a primavera a deixar-me cortar e voltar sempre inteira”.

Comentário

A) “Não são apenas nossos erros que nos arruinam, mas o modo como agimos depois de cometê-los”.

CORRETA. A presença do pronome relativo “que” é fator de atração da próclise, ou seja, o pronome deve vir antes do verbo.

E em “cometê-los” não há fator de atração, de modo que a regra geral da ênclise (pronome depois do verbo) foi seguida.

B) “Admita seus erros antes que alguém exagere-os”.

INCORRETA. A presença do pronome indefinido “alguém” é fator de atração da próclise.

O correto seria “alguém os exagere”.

C) “Existe, sem dúvida, um remédio para cada culpa: reconhecê-la”;

CORRETA. Logo após sinal de pontuação, é obrigatório o uso da ênclise.

D) “A maioria das pessoas gasta mais tempo e energia ao falar dos problemas do que ao enfrentá-los”.

CORRETA. Não há fator de atração, de modo que a regra geral da ênclise (pronome depois do verbo) foi seguida.

E) “Aprendi com a primavera a deixar-me cortar e voltar sempre inteira”.

CORRETA. Não há fator de atração, de modo que a regra geral da ênclise (pronome depois do verbo) foi seguida.

GABARITO B

15 - (2º Simulado Geral) A manchete abaixo em que os termos ligados pela conjunção E mostram a relação lógica de causa e consequência é:

- A) Jornal belga recebe ameaça de bomba e funcionários são retirados.
- B) Franceses mostram coragem e vão à passeata.
- C) Chargistas criam sindicato e se protegem do terror.
- D) Terrorista dá entrevista e se mostra arrependido pela morte de outro muçulmano.
- E) Jornais árabes condenam atentado e defendem o autêntico Islã.

Comentário

A) *Jornal belga recebe ameaça de bomba e funcionários são retirados.*

CORRETA. O fato de o jornal belga ter recebido ameaça de bomba fez com que os funcionários fossem retirados.

O fato de: causa

Fez com que: consequência

GABARITO A

16 – (2º Simulado Geral) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti.

A frase abaixo que exemplifica uma antítese é:

- A) Não se possui o que não se compreende;
- B) A juventude deve ser domada com a razão, não com a força;
- C) Todo nosso conhecimento inicia com sentimentos;
- D) Todo novo conhecimento provoca dissoluções e integrações;
- E) Quem aumenta sabedoria, aumenta dor.

Comentário

D) *Todo novo conhecimento provoca dissoluções e integrações;*

CORRETA. Antítese é a figura de linguagem pela qual se opõem, numa mesma frase, duas palavras ou dois pensamentos de sentido contrário.

Perceba que “dissoluções” e “integrações” são dois termos na mesma frase que se opõem:

Dissolução: decomposição, desagregação.

Integração: incorporação

GABARITO D

17 – (2º Simulado Geral) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti.

“As riquezas cobrem o homem, e com as suas cores cobrem e escondem não apenas os defeitos do corpo, mas também os da alma.”

O segmento sublinhado da frase pode ser reescrito de modo adequado na seguinte forma:

- A) não apenas os defeitos do corpo, contudo os da alma;
- B) não os defeitos do corpo, mas os da alma;
- C) os defeitos do corpo e os da alma;
- D) somente os defeitos do corpo, mas não os da alma;
- E) tão somente os defeitos do corpo e os da alma.

Comentário

C) os defeitos do corpo e os da alma;

CORRETA. A locução conjuntiva “não apenas...mas também” indica ideia de adição!

Ex: Não apenas trabalha, mas também estuda = trabalha e estuda.

E a única alternativa que também possui valor de aditivo é a letra “c”, marcada pela conjunção aditiva “e”.

GABARITO C

18 – (2º Simulado Geral) Assinale a alternativa em que o uso do sinal indicativo de crase foi usado corretamente.

- A) Ele deu à perceber que iria embora naquele momento.
- B) Depois de tanto estudo, chegou à conclusões favoráveis.
- C) Vou à Paris no próximo feriado.
- D) Ela ficou presa à nenhum pensamento.
- E) Às vezes, sinto muito frio na minha casa.

Comentário

a) *Ele deu à perceber que iria embora naquele momento.*

INCORRETA. Não se usa crase antes de verbos.

b) *Depois de tanto estudo, chegou à conclusões favoráveis.*

INCORRETA. “A” no singular seguida de palavra no plural, crase nem a pau!!! Isso porque, nesse caso temos apenas a preposição “a” sem a presença do artigo “a” (pois se tivesse artigo, deveria estar no plural).

c) *Vou à Paris no próximo feriado.*

INCORRETA. Vou a Paris, volto DE Paris. Volto de, crase pra quê? Não há crase nesse caso.

ATENÇÃO! Quando o nome do lugar estiver determinado por um adjetivo ou por uma expressão equivalente, passará a ocorrer crase.

Ex: Vou à Paris dos meus sonhos (não é qualquer Paris. É a Paris dos meus sonhos).

d) *Ela ficou presa à nenhum pensamento.*

INCORRETA. Não se usa crase antes de pronomes indefinidos, como nenhum, todos, qualquer, alguns, algum, outro.

e) *Às vezes, sinto muito frio na minha casa.*

CORRETA. “Às vezes” é uma locução adverbial feminina que exprime ideia tempo.

GABARITO E

19 – (2º Simulado Geral) “Perseguido pelo branco, o negro no Brasil escondeu as suas crenças nos terreiros das macumbas e dos candomblés. O folclore foi a válvula pela qual ele se comunicou com a civilização branca, impregnando-a de maneira definitiva. As suas primitivas festas cíclicas – de religião e magia, de amor, de guerra, de caça e de pesca... – entremostraram-se assim disfarçadas e irreconhecíveis.

O negro aproveitou as instituições aqui encontradas e por elas canalizou o seu inconsciente ancestral:

nos autos europeus e ameríndios do ciclo das janeiras, nas festas populares, na música e na dança, no carnaval...”

(Luís da Câmara Cascudo. Antologia do folclore brasileiro - Volume I. São Paulo, Martins, 1956)

Os termos sublinhados no texto são conectores; o sentido INADEQUADO de um desses conectores é:

- A) pelo / agente de ação;
- B) nos / lugar;
- C) com / companhia;
- D) e / adição;
- E) por / meio.

Comentário

C) com / companhia;

CORRETA. O conector “com” não tem sentido de companhia. Quem se comunica, se comunica com algo, alguém. O termo “com” decorre da regência do termo anterior “comunicar” e não tem sentido de companhia.

GABARITO C

20 – (2º Simulado Geral) Nas opções a seguir, a primeira oração foi reescrita de modo a dar-se a ela um caráter genérico, com a utilização da partícula se.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma gramaticalmente incorreta.

- A) Todo mundo viu a morte de perto. / Viu-se a morte de perto.
- B) As pessoas reclamam de tudo. / Reclama-se de tudo.

- C) Muita gente pensa o contrário de todos. / Pensa-se o contrário de todos.
- D) Muitas pessoas não respeitam os horários. / Desrespeitam-se os horários.
- E) Todos cometem as mesmas falhas. / Comete-se as mesmas falhas.

Comentário

E) Todos cometem as mesmas falhas. / Comete-se as mesmas falhas.

CORRETA.

Comete-se as mesmas falhas = As mesmas falhas são cometidas.

Perceba que o verbo foi para o plural “são”.

Então, o correto seria “Cometem-se as mesmas falhas”.

ATENÇÃO! Importante lembrarmos que o “se”, dentre suas várias funções sintáticas, ele pode ser classificado como partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito.

1º) Partícula apassivadora

- Quando estivermos diante da seguinte estrutura: VERBO+SE + SUJEITO PACIENTE
- Deve concordar com o sujeito
- Se o sujeito estiver no plural, o verbo deve ir para o plural

2º) Índice de Indeterminação do Sujeito

- Acompanha verbos na terceira pessoa do singular em frases em que não há sujeito explícito
- Lembre-se que o sujeito nunca pode vir preposicionado
- Quando o “se” é índice de indeterminação do sujeito nós temos a presença de preposição.
- Fica sempre no singular

Ex: Precisa-se de empregados

Perceba que “empregados” não pode ser sujeito, pois está preposicionado “de”. O termo “se” é índice de indeterminação do sujeito, de forma que o verbo deve permanecer no singular.

GABARITO E

21 – (2º Simulado Geral) “Ler é importante porque leva a pessoa a ter contato com várias ideias diferentes (dos autores), adquirindo assim uma visão mais ampla do mundo e dos conflitos que envolvem a humanidade e a sociedade. Quando se tem uma visão mais ampla, se tem também mais material para formar as próprias ideias e resolver de melhor forma os próprios problemas.”

Brunokabuki.blogspot.com/2019/

A relação lógica entre os dois segmentos sublinhados é a de

- A) simultaneidade temporal.
- B) causa e consequência.
- C) proporcionalidade.
- D) comparação desproporcional.
- E) condição.

Comentário

A) simultaneidade temporal.

CORRETA. A conjunção “quando” foi empregada no sentido de tempo. E ao mesmo tempo que se tem uma visão mais ampla, também se tem mais material para formar as próprias ideias, ou seja, há uma ideia de simultaneidade temporal.

GABARITO A

22 – (2º Simulado Geral) “A redução da maioria penal é urgente, pois, como mostram as pesquisas de opinião, 98% da nossa população apoia a redução da maioria penal.”

Nesse caso, a opinião expressa está apoiada em um argumento

- A) autoritário.
- B) narrativo.
- C) causal.
- D) opinativo.
- E) tendencioso.

Comentário

A) autoritário.

CORRETA. Argumento autoritário é aquele que vem fundamentado por algum dado, alguma pesquisa ou por algum especialista no assunto.

Veja que o argumento traz dados de uma pesquisa de opinião, dando autoridade ao argumento.

Autoritário: é aquele que se firma numa autoridade forte.

GABARITO A

23 – (2º Simulado Geral) Quando procuramos evitar afirmações de certeza absoluta, empregamos expressões de possibilidade. Assinale a opção que, ao contrário, expressa certeza.

- A) A Terra deve tornar-se um planeta desabitado.
- B) É muito provável que a gasolina suba de preço.
- C) Sabe-se que o desemprego é o pior de nossos problemas.
- D) O Brasil, provavelmente, crescerá mais em 2019.
- E) Existe a possibilidade de nosso país ficar mais rico.

Comentário

A) A Terra deve tornar-se um planeta desabitado.

INCORRETA. O verbo “dever” foi empregado no sentido de incerteza, possibilidade. A terra deve tornar-se um planeta desabitado, mas pode ser que não se torne.

Ex: Fulano faltou na aula. Ele deve estar dormindo (eu não sei se ele está dormindo ou não).

B) É muito provável que a gasolina suba de preço.

INCORRETA. “provável” – possibilidade.

C) Sabe-se que o desemprego é o pior de nossos problemas.

CORRETA. Há uma afirmação, um fato, algo certo.

D) O Brasil, provavelmente, crescerá mais em 2019.

INCORRETA. “provavelmente” – possibilidade.

E) Existe a possibilidade de nosso país ficar mais rico.

INCORRETA. “possibilidade” denota hipótese, possibilidade.

GABARITO C

24 – (2º Simulado Geral) “96% das empresas que participaram da campanha taxa zero por 100 dias ficaram com a nossa empresa”.

Trecho publicitário de uma empresa de segurança que mostra, no segmento sublinhado, um caso correto de concordância.

A frase abaixo que mostra um erro em tipo semelhante de frase é:

- A) 3% da população emigrou para a Europa;
- B) 1% do grupo saíram em viagem;
- C) 1,5% da turma viajou no final de semana;
- D) 5% dos alunos lamentaram a falta do professor;
- E) 22% dos eleitores acreditam nas pesquisas.

Comentário

Em regra, quando houver um número percentual não acompanhado por nenhum especificador, o verbo deve concordar com o número anterior à vírgula.

Ex: 1% aprovou a medida.

Ex: 10% aprovaram a medida

E se fosse 1,9%? Menos de dois, ainda é 1.

Ex: 1,9% aprovou a medida.

Agora, quando a porcentagem vier especificada, o verbo pode concordar com o numeral ou com o especificador.

Ex: 1% das pessoas aprovou a medida (verbo concordando com o numeral)

Ex: 1% das pessoas aprovaram a medida (verbo concordando com o especificador “pessoas”).

No caso da nossa questão, a alternativa que contém erro é a letra “b”: B) 1% do grupo saíram em viagem;

Perceba que tanto o numeral (1) quanto o especificador (grupo) estão no singular, de forma que o verbo somente poderia ficar no singular.

GABARITO B

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

25 – (2º Simulado Geral) De certo concurso para funcionários de um hospital temos os dados a seguir:

PROFISSÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO POR HORA DE TRABALHO
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30 h	R\$5.100,00	X
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	20 h	R\$3.600,00	Y
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40 h	R\$6.000,00	Z

Em relação à remuneração por hora de trabalho é correto afirmar que

- A) $X > Y > Z$.
- B) $Y > X > Z$.
- C) $X > Z > Y$.
- D) $Y > Z > X$.
- E) $Z > X > Y$.

Comentário

Estamos procurando os valores da remuneração por hora de trabalho de cada profissão, logo, devemos realizar a divisão entre a remuneração e a carga horária. Vejamos:

$$X = 5100 \div 30 = 170$$

$$Y = 3600 \div 20 = 180$$

$$Z = 6000 \div 40 = 150$$

Concluimos que $Y > X > Z$.

GABARITO B

26 – (2º Simulado Geral) Complete o quadro a seguir.

	Soteropolitano	Não Soteropolitano	Total
Torcedor do Bahia		32	58
Torcedor do Vitória	30	X	
Total	Y		100

O valor de $X + Y$ é

- A) 68.
- B) 66.
- C) 64.
- D) 62.
- E) 60.

Comentário

Vamos lá!

- Torcedor do Bahia:

$$58 \text{ (total)} - 32 \text{ (não soteropolitano)} = 26 \text{ (soteropolitano)}$$

- Soteropolitano dos dois times (Y):

$$\text{(torcedor do Bahia)} 26 + 30 \text{ (torcedor do Vitória)} = 56 \text{ (total)}$$

- Total torcedor do Vitória:

$$100 - 58 = 42$$

- Torcedor não soteropolitano do Vitória (X):

$$42 - 30 = 12$$

	Soteropolitano	Não Soteropolitano	Total
Torcedor do Bahia	26	32	58
Torcedor do Vitória	30	12	42
Total	56		100

O valor de $X + Y$ é

$$56 + 12 = 68$$

GABARITO A

27 – (2º Simulado Geral) Os irmãos Gabriel, Rafael e Manuel receberão de herança do pai deles a quantia de R\$ 684.000,00. Entretanto, o testamento determina que essa quantia deverá ser dividida em partes proporcionais ao número de filhos de cada um. Sabe-se que Gabriel tem 3 filhos, Rafael tem 4 e Manuel tem 2.

O valor que Manuel receberá é

- A) R\$ 76.000,00.
- B) R\$ 152.000,00.
- C) R\$ 196.000,00.
- D) R\$ 288.000,00.
- E) R\$ 144.000,00.

Comentário

Reescrevendo as informações do enunciado, temos:

$$\frac{G}{3} = \frac{R}{4} = \frac{M}{2}$$

Agora, com a proporção montada vamos aplicar a propriedade da soma das proporções, vejamos:

$$\frac{G}{3} = \frac{R}{4} = \frac{M}{2} = \frac{G+R+M}{3+4+2}$$

Adiante, vamos considerar que a soma $G + R + M$ corresponde a herança total que os irmãos vão receber:

$$\frac{G}{3} = \frac{R}{4} = \frac{M}{2} = \frac{684.000}{9}$$

$$\frac{G}{3} = \frac{R}{4} = \frac{M}{2} = 76.000$$

Concluimos que:

Gabriel receberá

$$\text{R\$}76.000,00 \times 3 = \text{R\$}228.000,00$$

Rafael receberá

$$\text{R\$}76.000,00 \times 4 = \text{R\$}304.000,00$$

Manuel receberá

$$\text{R\$}76.000,00 \times 2 = \text{R\$}152.000,00$$

GABARITO B

28 – (2º Simulado Geral) Entre os números apresentados a seguir, o menor é

- A) 0,8.
- B) 0,71.
- C) 0,707.
- D) 0,88.
- E) 0,910.

Comentário

Vamos representar cada alternativa, o menor será o que possuir a menor porção decimal. Vejamos:

A	0,80000
B	0,71000
C	0,70700
D	0,88000
E	0,91000

Entre os números da tabela, o menor é **0,707**.

GABARITO C

29 – (2º Simulado Geral) Cinco pessoas cujos nomes têm as iniciais J, K, L, M e N fizeram as duas provas necessárias para concorrer ao cargo de gerente de uma empresa. As provas foram duas, P1 e P2, com peso 2 para a primeira e peso 1 para a segunda. As notas dos candidatos estão na matriz abaixo.

Considerando as notas da matriz e o critério dado acima, o vencedor será o que tiver maior pontuação.

	J	K	L	M	N
P1	6,4	7,3	6,0	7,6	5,5
P2	7,0	6,2	8,7	6,0	10,0

Quem ganhou o cargo de gerente foi

- A) J.
- B) K.
- C) L.
- D) M
- E) N.

Comentário

Antes de apurarmos o vencedor vale destacar que a primeira **prova (P1)** possui peso 2.

J	$6,4 \times 2 + 7,0 = 12,8 + 7,0 = 19,8$
K	$7,3 \times 2 + 6,2 = 14,6 + 6,2 = 20,8$

L	$6,0 \times 2 + 8,7 = 12,0 + 8,7 = \mathbf{20,7}$
M	$7,6 \times 2 + 6,0 = 15,2 + 6,0 = \mathbf{21,2}$
N	$5,5 \times 2 + 10,0 = 11,0 + 10,0 = \mathbf{21,0}$

Quem ganhou o cargo de gerente foi **M**.

GABARITO D

30 – (2º Simulado Geral) Em um saco há muitas bolinhas, todas do mesmo tamanho, algumas brancas, e as outras pretas. Dessas bolinhas, umas são mais leves e as outras, mais pesadas.

Sabe-se que:

- 70% de todas as bolinhas são brancas.
- 25% das bolinhas leves são pretas.
- 60% das bolinhas pretas são pesadas.

A porcentagem de bolinhas pesadas e brancas nesse saco é de

- A) 26%.
- B) 30%.
- C) 34%.
- D) 38%.
- E) 42%.

Comentário

Vamos lá!

Primeira informação:

- 70% de todas as bolinhas são brancas, logo, 30 % de todas as bolinhas serão pretas.

$$100\% - 70\% = 30\%$$

Terceira informação:

- 60% das bolinhas pretas são pesadas, isto é, 60% ($60 \div 100 = 0,6$) de 30% ($30 \div 100 = 0,3$).

$$0,6 \times 0,3 = 0,18$$

$$0,18 \times 100 = 18\%$$

Agora, podemos calcular a porcentagem de bolinhas pretas leves,

$$30\% - 18\% = 12\%$$

Até agora sabemos que 18% das bolinhas pretas são pesadas e 12% das bolinhas pretas são leves.

Terceira informação:

- 25% das bolinhas leves são pretas que representam 12% do total, logo,

$$100\% - 25\% = 75\% \text{ das bolinhas leves são brancas}$$

Agora vamos calcular o quanto em relação ao total representa essas bolinhas brancas leves

Regra de três:

25%	12%
75%	x

$$25.x = 12.75$$

$$25x = 900$$

$$x = 900 \div 25$$

$$x = 36\% \text{ do total são bolinhas brancas leves}$$

Concluimos que,

12% das bolinhas pretas são leves;

18% das bolinhas pretas são pesadas;

36% das bolinhas brancas são leves;

A porcentagem de bolinhas pesadas e brancas nesse saco é de

$$70\% - 36\% = 34\% \text{ são bolinhas brancas pesadas.}$$

GABARITO C

31 – (2ª Simulado Geral) Em certo município do sul do Estado do Amazonas o índice pluviométrico no ano 2010 foi 30% menor do que o do ano anterior e, em 2011, foi 40% maior do que o do ano anterior.

Nesse município, o índice pluviométrico de 2011 foi, em relação ao índice de 2009,

- A) maior em 10%.
- B) maior em 2%.
- C) igual.
- D) menor em 2%.
- E) menor em 10%.

Comentário

Interpretando o enunciado sabemos que o índice pluviométrico no ano 2010 foi 30% menor do que o do ano (2009) anterior, ou seja,

- o índice pluviométrico no ano 2010 representa $100\% - 30\% = 70\%$ do índice pluviométrico de 2009.

Já em 2011 o índice pluviométrico foi 40% maior do que ano anterior (2010), ou seja,

- o índice pluviométrico no ano de 2011 representa $100\% + 40\% = 140\%$ do índice pluviométrico de 2010.

Então, devemos calcular através do índice pluviométrico de **2011 (140%)** em relação ao índice pluviométrico de **2009 (70%)**. Vejamos:

140% de 70%

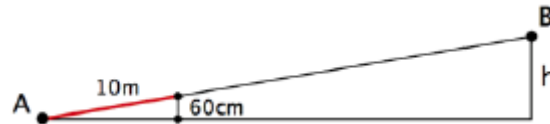
$140 \div 100 \times 70\%$

$1,4 \times 70\% = 98\%$

Nesse município, o índice pluviométrico de 2011 foi, em relação ao índice de 2009, **menor em 2%.**

GABARITO D

32 – (2º Simulado Geral) Uma rampa AB de inclinação constante em relação ao plano horizontal tem 75m de comprimento. Sabe-se que percorrendo 10m sobre essa rampa, a altura aumenta 60cm, como mostra a figura abaixo.



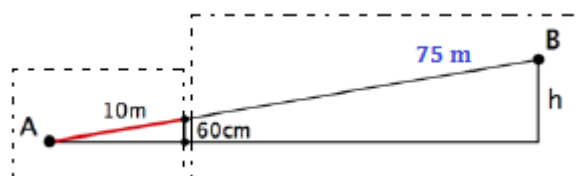
Percorrendo toda a rampa, a altura h assinalada na figura será de:

- A) 4,5m;
- B) 4,8m;
- C) 5,0m;
- D) 5,2m;
- E) 5,4m.

Comentário

Estamos diante de dois triângulos semelhantes, pois ambos possuem seus ângulos correspondentes de mesma medida (congruentes), como resultado lados homólogos (proporcionais).

Para facilitar vamos ilustrar:



Aplicando a regra de três:

$$\frac{10}{75} = \frac{60}{h}$$

$$10.h = 60.75$$

$$10h = 4500$$

$$h = 4500 \div 10$$

$$h = 450 \text{ cm}$$

Percorrendo toda a rampa, a altura h assinalada na figura será de:

$$450 \div 100 = 4,5 \text{ m}$$

GABARITO A

33 – (2º Simulado Geral) Em certa quinta-feira o gerente de uma loja pediu ao seu funcionário para, com sua calculadora, multiplicar os preços de todos os produtos por 0,78, pois o dia seguinte seria a sexta-feira dos descontos.

O desconto que a loja estava oferecendo era de

- A) 0,78%.
- B) 78%.
- C) 0,22%.
- D) 22%.
- E) 2,2%.

Comentário

Para facilitar a resolução vamos atribuir o valor a um produto:

$$R\$100,00 \times 0,78 = R\$78,00$$

Concluimos que a loja estava oferecendo o desconto de

$$R\$100,00 - R\$78,00 = R\$22,00, \text{ isto é, } 22\%$$

GABARITO D

34 – (2º Simulado Geral) Marcela percorreu 100km de carro em 2 horas. Mário percorreu a mesma distância, mas com uma velocidade média 20% menor do que a velocidade média de Marcela.

Mário percorreu os 100km em

- A) 2h20min.
- B) 2h24min.
- C) 2h30min.

D) 2h40min.

E) 2h45min.

Comentário

Inicialmente devemos considerar que a velocidade é a razão entre a distância percorrida e o tempo necessário para fazê-la, isto é,

$$v = \frac{d}{t}$$

Vamos aplicar as informações de Marcela:

$$v = \frac{d}{t}$$

$$\frac{100km}{2h} = 50km/h$$

Quanto a Mario, sabemos que percorreu a mesma distância, mas com uma velocidade média 20% menor ($100\% - 20\% = 80\% \div 100 = 0,8$). Agora, podemos calcular a velocidade de Mario

$$0,8 \times 50 \text{ km/h} = 40 \text{ km/h}$$

Mário percorreu os 100km em

$$v = \frac{d}{t}$$

$$40km/h = \frac{100km}{t}$$

$$t = \frac{100}{40}$$

$$t = 2,5 \text{ h}$$

- 1 hora = 60 minutos, logo, temos **2 horas e 30 minutos**.

GABARITO C

35 – (2º Simulado Geral) Zuleide pagou uma conta atrasada com 5% de multa. O valor total, com a multa incluída, foi de R\$ 294,00.

O valor da multa foi de

- A) R\$ 14,00.
- B) R\$ 14,70.
- C) R\$ 15,20.
- D) R\$ 15,80.
- E) R\$ 16,40.

Comentário

Vamos resolver através de regra de três:

R\$294,00	105%
x	5%

$$105 \cdot x = 294.5$$

$$105x = 1470$$

$$x = 1470 \div 105$$

$$x = \text{R\$14,00}$$

GABARITO A

36 – (2º Simulado Geral) Considere a afirmação: “Nenhum motorista dirige mal”.

A sua negação é:

- A) Há pelo menos um motorista que dirige mal.
- B) Vários motoristas dirigem mal.
- C) Todos os motoristas dirigem mal.
- D) Todos os motoristas dirigem bem.
- E) Todos os pilotos que dirigem bem são motoristas.

Comentário

Estamos diante de um **quantificador universal negativo**: “nenhum”, logo, sua negação será um **quantificador existencial positivo**.

Quadro facilitador:

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

“**Nenhum** motorista dirige mal” (**quantificador universal negativo**)

Existe pelo menos um motorista que dirige mal (**quantificador existencial positivo**)

Analisando as alternativas a resposta correta é

Há pelo menos um motorista que dirige mal.

GABARITO A

37 – (2º Simulado Geral) 11 pessoas, numeradas sequencialmente de 1 a 11 estão dispostas em torno de uma mesa circular de forma que a pessoa seguinte à pessoa 11 é a pessoa 1.

Em um jogo, cada pessoa, na sua vez, deve dizer uma letra do alfabeto e, após isso, a pessoa seguinte deve dizer a letra seguinte do alfabeto. O jogo começou pela pessoa 1 que disse A. Dessa forma, a pessoa 2 disse B, a pessoa 3 disse C e assim por diante. Considere que, no alfabeto de 26 letras, a letra seguinte ao Z seja o A.

A sexta letra Z foi dita pela pessoa

- A) 2.
- B) 5.
- C) 8.
- D) 9.
- E) 11.

Comentário

Sabemos que a letra Z foi dita 6 vezes, logo, concluímos que a brincadeira passou pelo alfabeto completo por seis vezes:

$$26 \times 6 = 156 \text{ rodadas (letras)}$$

Temos 11 participantes no jogo, logo,

$$\begin{array}{r} 156 \overline{) 11} \\ \underline{46} \\ 2 \end{array}$$

Por conseguinte, 11 pessoas disseram 14 letras cada. Restaram 2 letras que foram ditas pelas pessoas:

- Jogador 1 = Y
- **Jogador 2 = Z**

GABARITO A

38 – (2º Simulado Geral) Considere a afirmação:

“Hoje é sexta-feira e amanhã não trabalharei”.

A negação lógica dessa sentença é

- A) Hoje não é sexta-feira e amanhã trabalharei.
- B) Hoje não é sexta-feira ou amanhã trabalharei.
- C) Hoje não é sexta-feira, então amanhã trabalharei.
- D) Hoje é sexta-feira e amanhã trabalharei.
- E) Hoje é sexta-feira ou amanhã não trabalharei.

Comentário

“Hoje é sexta-feira **e** amanhã não trabalharei”.

Estamos diante de uma **conjunção** e para realizarmos a negação devemos negar a primeira e a segunda parte e substituir conectivo “e” pelo conectivo “ou”:

“Hoje não é sexta-feira **ou** amanhã trabalharei”

GABARITO B

39 – (2º Simulado Geral) Sabe-se que a sentença “Se a camisa é azul, então a calça não é branca ou o boné é preto” é FALSA.

É correto então concluir que

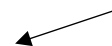
- A) a camisa não é azul, a calça não é branca, o boné não é preto.
- B) a camisa é azul, a calça não é branca, o boné é preto.
- C) a camisa não é azul, a calça não é branca, o boné é preto.
- D) a camisa é azul, a calça é branca, o boné não é preto.
- E) a camisa não é azul, a calça é branca, o boné é preto.

Comentário

“**Se** a camisa é azul, **então** a calça não é branca **ou** o boné é preto”

Estamos diante de um **condicional** falso, isto é, a primeira parte verdadeira e a segunda parte falsa.

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Concluimos que, a **camisa é azul** é **verdadeiro**.

Adiante, notamos que a segunda parte se trata de uma **disjunção**, que será falsa quando as duas proposições forem falsas.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Concluimos que, a calça não é branca **é falso** e o boné é preto **é falso**.

Por fim, é correto concluir que

“a camisa é azul, a calça é branca e o boné não é preto”

GABARITO D

40 – (2º Simulado Geral) Sabe-se que a sentença “Patrícia é amazonense ou Marlene não nasceu em Manaus” é FALSA.

É correto concluir que

- A) se Patrícia não é amazonense, então Marlene não nasceu em Manaus.
- B) Patrícia não é amazonense e Marlene não nasceu em Manaus.
- C) se Marlene nasceu em Manaus, então Patrícia é amazonense.
- D) se Patrícia é amazonense, então Marlene não nasceu em Manaus.
- E) Patrícia é amazonense e Marlene nasceu em Manaus.

Comentário

Estamos diante de uma disjunção que é falsa quando as duas partes são falsas:

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

“Patrícia é amazonense **ou** Marlene não nasceu em Manaus”

Concluimos que:

- Patrícia não é amazonense;
- Marlene nasceu em Manaus;

Vamos analisar as alternativas:

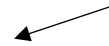
A) ~~se **Patricia não é amazonense**, então **Marlene não nasceu em Manaus**.~~

V

F

Estamos diante de um **condicional** que será falso quando a primeira parte for verdadeira e a segunda for falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



B) ~~**Patricia não é amazonense** e **Marlene não nasceu em Manaus**.~~

V

F

Estamos diante de uma **conjunção** que será falso quando a primeira parte for verdadeira e a segunda for falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



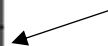
C) ~~se **Marlene nasceu em Manaus**, então **Patricia é amazonense**.~~

V

F

Estamos diante de um **condicional** que será falso quando a primeira parte for verdadeira e a segunda for falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



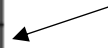
D) **se Patricia é amazonense, então Marlene não nasceu em Manaus.**

F

F

Estamos diante de um **condicional** que será verdadeiro, pois ambas as partes são falsas.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



~~E) Patrícia é amazonense e Marlene nasceu em Manaus.~~

F

V

Estamos diante de uma **conjunção** que será falso quando a primeira parte for falso e a segunda parte for verdadeira.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



GABARITO D

INFORMÁTICA

41 – (2º Simulado Geral) Analise o texto a seguir.

“Funções técnicas: controlam o tráfego do site, identificam os usuários e suas sessões de uso, armazenam conteúdos.

Personalização: ajustam o site de acordo com o idioma, tipo de navegador e a configuração regional de onde está o usuário.

Monitoramento: acompanham e registram o comportamento do público para que seja possível medir e analisar a atividade no site.

Publicidade: permitem administrar os espaços publicitários e exibir anúncios de acordo com o perfil específico de cada usuário.”

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40730996>

No contexto da utilização da Internet e acesso a sites e páginas Web, assinale o objeto principal dessas observações.

- A) *Cache*.
- B) Cookies.
- C) Firewall.
- D) Spam.
- E) *Vírus*.

Comentário

~~A) *Cache*.~~

INCORRETA.

O cache nada mais é do que um depósito de informações que fica armazenado em uma parte - ou compartimento - de um sistema operacional, seja de smartphones ou de computadores.

Entre os arquivos guardados, estão informações e fragmentos de sites visitados com frequência, por exemplo, fazendo com que o sistema acesse mais rapidamente esses dados.

Um navegador de internet, por exemplo, pode carregar páginas mais rápido com a ajuda do banco feito pelo cache. O mesmo acontece com um aplicativo, logins em redes sociais ou até mesmo com um jogo que você tenha salvado fases.

<https://canaltech.com.br/software/cache-o-que-e/>

B) Cookies.

CORRETA.

'Aceita nossa política de cookies?', diz a pergunta com que nos deparamos com cada vez mais frequência na internet, mas você sabe o que isso significa?

É muito provável que você tenha aceitado mais de uma vez armazenar cookies de um site no seu navegador sem entender direito o que são e para que servem. A mensagem exibida pelas páginas costuma ser assim: "Os cookies nos permitem oferecer nossos serviços. Ao utilizá-los, você aceita o uso que fazemos dos cookies". Em seguida, aparecem duas opções, "aceitar" ou "mais informações".

Na maioria das vezes, como precisamos ver algo que está na página e não temos muito tempo para saber mais detalhes, simplesmente os aceitamos. Mas o que são exatamente cookies e por que sempre nos perguntam sobre eles? O que estamos aceitando quando dizemos "sim" aos cookies?

Ao contrário do que algumas pessoas pensam, os cookies não são spam ou vírus. São arquivos pequenos enviados por sites e armazenados no navegador, onde registram dados sobre nós.

Mas para que servem então os cookies? Eles tem algumas funções como por exemplo:

- **Funções técnicas:** controlam o tráfego do site, identificam os usuários e suas sessões de uso, armazenam conteúdos.

- **Personalização:** ajustam o site de acordo com o idioma, tipo de navegador e a configuração regional de onde está o usuário.

- **Monitoramento:** acompanham e registram o comportamento do público para que seja possível medir e analisar a atividade no site.

- **Publicidade:** permitem administrar os espaços publicitários e exibir anúncios de acordo com o perfil específico de cada usuário.

Esses programas "espões" coletam informações-chave para a publicidade online, especialmente no que diz respeito aos anúncios exibidos de forma personalizada para cada usuário.

Os cookies "contam" às marcas e empresas como nos comportamos na internet para que possam exibir propaganda de acordo com nossos gostos e interesses.

<https://www.compuway.com.br/single-post/2017/07/27/o-que-acontece-quando-voc%C3%AA-aceita-os-cookies-de-um-site>

~~C) Firewall.~~

INCORRETA.

Um firewall é um dispositivo de segurança da rede que monitora o tráfego de rede de entrada e saída e decide permitir ou bloquear tráfegos específicos de acordo com um conjunto definido de regras de segurança.

Os firewalls têm sido a linha de frente da defesa na segurança de rede há mais de 25 anos. Eles colocam uma barreira entre redes internas protegidas e controladas que podem ser redes externas confiáveis ou não, como a Internet.

Um firewall pode ser um hardware, software ou ambos.

https://www.cisco.com/c/pt_br/products/security/firewalls/what-is-a-firewall.html

~~D) Spam.~~

INCORRETA.

Spam é um termo comum da Internet que não só faz referência direta a e-mails indesejados, mas também a comportamentos em redes sociais para propagar notícias falsas e gerar tráfego para correntes. Além disso, eles servem como vetor para ataques tipo *phishing* ou mesmo golpes cada vez mais elaborados por estelionatários. Por dia, estima-se que mais de 100 bilhões

de spams são enviados por e-mail. A seguir, confira todos os detalhes sobre a prática e descubra como se prevenir para evitar receber esse tipo de conteúdo.

<https://www.techtudo.com.br/listas/2020/07/o-que-significa-spam-veja-como-evitar-no-e-mail-e-nas-redes-sociais.ghhtml>

~~E) Vírus.~~

INCORRETA.

Um vírus de computador é um tipo de *malware* que se liga a outros programas, se autorreplica e se espalha de um computador para outro. Quando um vírus infecta um computador, ele faz cópias de si mesmo e anexa a outros arquivos ou documentos. Ele depois modifica esses arquivos e continua a se espalhar.

<https://www.avast.com/pt-br/c-computer-virus>

GABARITO B

42 – (2º Simulado Geral) A identificação de um dispositivo na Internet pode ser feita por um endereço IP.

Assinale a opção que indica o endereço IP válido.

- A) @gov.br
- B) http://
- C) #192/158/1/38:80
- D) x@y.com
- E) 192.158.1.38

Comentário

E) 192.158.1.38

CORRETA. O que é um IP?

Um endereço IP é uma sequência de números separados por pontos. O endereço IP é representado por um conjunto de quatro números: por exemplo, 192.158.1.38. Cada número do conjunto pode variar entre 0 e 255. Ou seja, o intervalo de endereçamento IP vai de 0.0.0.0 a 255.255.255.255.

GABARITO E

43 – (2º Simulado Geral) O MS Word permite que um documento seja preparado para exibição na Web. O formato final de exibição pode ser observado na opção *Layout* da Web, na guia Exibição, e o arquivo pode ser gerado por meio do comando “*Salvar como*” na guia *Arquivo*.

Assinale a opção que apresenta a extensão mais adequada para a gravação no formato Web.

A) csv.

B) htm.

C) odt.

D) txt.

E) xps.

Comentário

~~A) csv.~~ Formato inadequado.

INCORRETA. O que é CSV?

Antes de entrar no passo a passo de como importar e exportar arquivos CSV, é importante entender em que consiste essa sigla.

Por definição, CSV é um formato de arquivo que significa “*comma-separated-values*” (*valores separados por vírgulas*).

Isso significa que os campos de dados indicados neste formato normalmente são separados ou delimitados por uma vírgula.

Dito isso, a situação de uso mais comum do CSV é quando você deseja exportar informações de uma ferramenta e transferir para outra (exemplo: do seu *software CRM* para uma planilha do Excel, ou vice versa).

<https://rockcontent.com/br/blog/csv/>

B) htm. Formato adequado.

CORRETA. O que é um arquivo htm e como faço para abrir um arquivo htm?

HTM é uma abreviatura de HTML, ou HyperText Markup Language. É a principal linguagem de marcação para a criação de páginas web e outras informações que podem ser exibidos em um navegador da web. A extensão do arquivo HTML é por vezes abreviado como HTM para compatibilidade com sistemas operacionais mais antigos que suportam oito nomes de arquivo de caracteres com uma extensão de três caracteres. Um documento HTML podem ser salvos tanto com o HTM ou extensão de arquivo HTML. HTM e HTML são o tipo mais comum de documentos utilizados para construir páginas web estáticas. Ambos HTM e HTML podem conter links para imagens, áudio, vídeo e scripts. Qualquer programa de edição de navegador ou web pode abrir arquivos HTM.

<https://www.openthefile.net/pt/extension/htm>

Por fim, vale destacar que o MS Word autoriza salvar arquivos neste formato, mantendo às formatações utilizadas durante a edição, uma vez que, poderão ser reproduzidas nas páginas da Web.

~~C) odt.~~ Formato inadequado.

INCORRETA.

O formato de arquivo ODT (Open Document Text) é um arquivo de processamento de texto usado pelo OpenOffice Writer do Apache. Este formato é semelhante ao formato de arquivo DOC / DOCX do Microsoft Word. No entanto, o ODT é um documento de código aberto baseado em XML que não exige nenhuma licença para ser comprada. A extensão do arquivo é compatível com aplicativos de código aberto, como OpenOffice e LibreOffice.

<https://www.whatisfileextension.com/pt/odt/>

~~D) txt.~~ Formato inadequado.

INCORRETA.

TXT é uma abreviação para **Arquivo de Texto**. Os arquivos de texto têm a extensão **.txt** e são usados para salvar palavras escritas. Resumindo, os arquivos TXT são usados para armazenar dados de texto legíveis por humanos em computadores. Os dados de texto incluem letras, dígitos e símbolos especiais.

<https://recoverit.wondershare.com.br/file-recovery/what-is-txt-file.html>

Formato não é apropriado para gravação no formato Web. Podemos mencionar que se trata do padrão de arquivos do bloco de notas (*notepad*).

~~E) .xps.~~ Formato inadequado.

INCORRETA.

Os arquivos XPS são um formato desenvolvido pela Microsoft que compete com o pdf – portanto, as áreas de aplicação de .pdf e .xps são semelhantes: em particular, documentos e gráficos imprimíveis e uma formatação em outros dispositivos.

<https://conversor-pdf.com/dateifformat/xps/>

GABARITO B

44 – (2º Simulado Geral) Com relação ao domínio “.br”, avalie as afirmações a seguir.

- I. É destinado a sites que estejam hospedados fisicamente no Brasil.
 - II. É regido por uma entidade brasileira.
 - III. Somente brasileiros, incluindo os naturalizados, podem possuir um domínio “.br”.
- É correto o que se afirma em
- A) I, apenas.
 - B) II, apenas.
 - C) III, apenas.
 - D) I e II, apenas.
 - E) I, II e III.

Comentário

I. É destinado a sites que estejam hospedados fisicamente no Brasil.

INCORRETA.

Pois, a parte final de uma URL (.br) aponta o país onde o domínio foi registrado, logo, neste caso, o domínio foi registrado no Brasil. Sendo assim, não existe a necessidade do site estar hospedado fisicamente no Brasil.

II. É regido por uma entidade brasileira.

CORRETA.

O Registro.br é o departamento do NIC.br responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínios que usam o .br. Também executamos o serviço de distribuição de endereços IPv4 e IPv6 e de números de Sistemas Autônomos (ASN) no país.

~~***III. Somente brasileiros, incluindo os naturalizados, podem possuir um domínio “.br”.***~~

INCORRETA.

O registro de domínios, nas categorias sob o .br, está disponível para pessoas físicas (CPF) e jurídicas (CNPJ) legalmente representadas ou estabelecidas no Brasil com cadastro regular junto ao Ministério da Fazenda. As condições para a prestação do serviço são baseadas na regulamentação vigente aqui e aqui) e regidas pelo Contrato.

<https://registro.br/dominio/regras/>

Concluímos que não existe vedação para que apenas os brasileiros (natos e naturalizados) possam possuir um domínio no Brasil.

GABARITO B

45 – (2º Simulado Geral) No contexto da manipulação de arquivos na Internet, a operação de enviar um arquivo para um computador remoto é conhecida como:

- A) Copy;
- B) Cut;
- C) Download;
- D) Paste;
- E) Upload.

Comentário

~~A) Copy;~~

INCORRETA.

Pois, "copiar" é a ação de manter o arquivo em seu local de origem e criar uma cópia no local de destino.

~~B) Cut;~~

INCORRETA.

Pois, "cortar" é a ação de remover o arquivo de seu local de origem para o local de destino.

~~C) Download;~~

INCORRETA.

Pois, o "download" (baixar, em uma tradução simples) é um termo que corresponde à ação de transferir dados de um computador remoto para um computador local.

D) Paste;

INCORRETA.

Pois, “colar” é a ação de manter o arquivo em seu local de origem e criar uma cópia no local de destino, mas antes é necessário cortar, ou seja, semelhante ao ato de copiar (*copy*).

E) Upload.

CORRETA.

Em redes de computadores, **upload é o processo de transferência de um arquivo de um dispositivo a outro, de forma remota**, através de um modem ou rede, para que seja armazenada uma cópia do mesmo arquivo em outro local distinto.

<https://canaltech.com.br/internet/o-que-e-upload/>

GABARITO E

46 – (2º Simulado Geral) Observe a figura a seguir, que ilustra o acesso ao site do MPSP disponível na Internet.



Com relação ao endereçamento de recursos na Internet, analise as afirmativas a seguir:

- I. www.mpsp.mp.br/home é uma URL (Uniform Resource Locator).
- II. home é o local, de endereçamento lógico ou físico, onde se encontra o recurso (ex.: arquivo) dentro do servidor.
- III. www.mpsp.mp.br é o domínio principal que indica o endereço do servidor.

Está correto o que se afirma em:

- A) somente I;
- B) somente II;
- C) somente III;
- D) somente I e II;
- E) I, II e III.

Comentário

I. *www.mpsp.mp.br/home* é uma URL (*Uniform Resource Locator*).

CORRETA. A URL é o endereço de qualquer site na internet.

O termo URL é a abreviação de *Uniform Resource Locator*, ou Localizador Uniforme de Recursos. Significa endereço web, ou seja, o texto que você digita na barra de do navegador para acessar uma determinada página ou serviço.

<https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-url/>

https://www.mpsp.mp.br/home

protocolo://máquina:porta/caminho/recurso
ou
protocolo://máquina/caminho/recurso

II. *home* é o local, de endereçamento lógico ou físico, onde se encontra o recurso (ex.: arquivo) dentro do servidor.

CORRETA. No caso a URL *www.mpsp.mp.br/home/*, o "home" indica que no servidor temos uma pasta chamada "home" (local).

III. *www.mpsp.mp.br* é o domínio principal que indica o endereço do servidor.

CORRETA. O domínio é o nome do site

GABARITO E

47 – (2º Simulado Geral) Fábio é o responsável por imprimir o conteúdo de algumas mensagens que recebe por *WebMail*.

Para agilizar seu trabalho e imprimir a página atual, no Internet Explorer 11, Fábio deve usar as teclas

- A) F1.
- B) Ctrl + W
- C) Ctrl + Shift + L.
- D) Ctrl + P.
- E) Ctrl + J.

Comentário

~~A) F1.~~

INCORRETA. Obter ajuda e suporte.

~~B) Ctrl + W~~

INCORRETA. Fechar a guia.

~~C) Ctrl + Shift + L.~~

INCORRETA. Pesquisar usando texto copiado.

D) Ctrl + P.

CORRETA. Imprimir a página atual

~~E) Ctrl + J.~~

INCORRETA. Exibir downloads

GABARITO D

48 – (2º Simulado Geral) Sophia recebeu a seguinte mensagem por e-mail e percebeu que Pedro não estava na cópia:

De: julio@email.com
Para: sophia@email.com
Cc: tomas@email.com
Assunto: Reunião

Olá Sophia, vamos fazer uma reunião amanhã, com o Tomas e o Pedro, 9h.

Para compartilhar a mensagem com Pedro, que não está nas linhas Para nem Cc, Sophia deve

- A) Encaminhar.
- B) Responder.
- C) Mover.
- D) Redirecionar.
- E) Categorizar.

Comentário

Para compartilhar a mensagem com Pedro, que não está nas linhas Para nem Cc, Sophia deve **ENCAMINHAR**.

GABARITO A

DIREITO CONSTITUCIONAL

49 – (2º Simulado Geral) Joana, servidora pública do Município Alfa, após preencher os requisitos exigidos, requereu o recebimento de determinado benefício pecuniário previsto no regime jurídico da categoria. A autoridade competente indeferiu o pedido por escrito, sob o argumento de que, apesar de Joana ter preenchido os requisitos exigidos, era filiada a um partido político de oposição ao prefeito municipal.

Considerando a ilegalidade praticada, que violou o seu direito líquido e certo e deixou de reconhecer o benefício que lhe era devido, Joana pode utilizar a seguinte ação constitucional:

- A) habeas data;
- B) ação popular;
- C) mandado de injunção;
- D) mandado de segurança;
- E) mandado de pagamento.

Comentário

O lado bom dos casinhos práticos, é que, muitas vezes, aparece um termo que entrega a resposta da questão. Foi o que aconteceu nesse caso.

Perceba que a FGV nos deu a informação chave: “violou o seu direito líquido e certo”.

Falou em direito líquido e certo, falou em mandado de segurança:

Art. 5º

(...)

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

GABARITO D

50 – (2º Simulado Geral) Em razão do iminente risco de uma enchente no Município Alfa, o prefeito determinou que os pacientes internados no hospital municipal fossem levados para um imóvel particular que estava desocupado, situado em local mais elevado, o que se deu sem prévia autorização do proprietário.

À luz da sistemática constitucional, a ação do prefeito municipal foi:

- A) correta, pois a função social da propriedade permite o seu uso, pelas autoridades constituídas, sempre que entenderem ser útil para o interesse público;
- B) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano;
- C) errada, pois a propriedade privada, ressalvada a hipótese de desapropriação, não pode ser utilizada sem prévia autorização do proprietário;
- D) errada, pois o direito à propriedade é absoluto, salvo se inexistisse qualquer outro imóvel público passível de ser utilizado, o que deveria ser objeto de prova;

E) errada, pois o uso de imóvel privado exige prévia justificativa, declinada em processo administrativo, sendo assegurado ao proprietário o direito à indenização em valor idêntico ao aluguel do imóvel.

Comentário

B) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano;

CORRETA. Perceba que há um iminente risco de enchente, o que poderia causar a inundação do hospital, o que, consequentemente, poderia matar os pacientes ali internados, de forma que restou caracterizado a existência de um iminente perigo público.

E, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente, no caso o Prefeito, pode usar de propriedade particular, mesmo sem a autorização do proprietário, assegurada a este a indenização ulterior, caso haja dano.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

GABARITO B

51 – (2º Simulado Geral) Nicolas tem 14 anos de idade e está buscando seu primeiro emprego. Em conformidade com a Constituição Federal, Nicolas

A) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, diurno ou noturno, sendo, porém, proibido o trabalho perigoso ou insalubre.

B) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, sendo, porém, proibido o trabalho noturno.

C) está proibido de trabalhar, salvo na condição de aprendiz.

D) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 16 anos de idade.

E) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 18 anos de idade.

Comentário

Com 14 anos, Nicolás só poderá trabalhar na condição de aprendiz:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

GABARITO C

52 – (2º Simulado Geral) O avô de Alba, Francisco, é brasileiro nato, tem 61 anos e é contador, enquanto o avô de Cláudia, Alex, também brasileiro nato, tem 75 anos de idade e é professor aposentado. Alba e Cláudia são vizinhas, brasileiras natas e possuem a mesma idade de 21 anos, sendo que Alba é analfabeta e Cláudia está concluindo a sua segunda universidade.

Nesse caso hipotético, considerando apenas os dados fornecidos, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para

- A) Cláudia e facultativos para Francisco, Alex e Alba.
- B) Cláudia; facultativos para Francisco e para Alex; e Alba é inalistável.
- C) Francisco, Alba e Cláudia e facultativos para Alex.
- D) Alba e Cláudia, e facultativos para Francisco e Alex.
- E) Francisco e Cláudia, e facultativos para Alex e Alba.

Comentário

Francisco: 61 anos

Alex: 75 anos

Alba: 21 anos e analfabeta

Cláudia: 21 anos

O que diz a Constituição Federal?

ALISTAMENTO ELEITORAL E DIREITO DE VOTO	
Obrigatório	• Maiores de 18 anos e menores de 70 anos
Facultativo	• analfabetos, • maiores de 70 anos • maiores de 16 e menores de 18
Proibido	• Estrangeiros • constritos

Portanto:

Francisco: o voto é obrigatório

Alex: o voto é facultativo (tem mais de 70 anos)

Alba: o voto é facultativo, tendo em vista que é analfabeta

Cláudia: o voto é obrigatório, por ser maior de 18 anos e menor de 70.

Portanto, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para Francisco e Cláudia, e facultativos para Alex e Alba.

GABARITO E

53 – (2º Simulado Geral) A Promotoria de Justiça com atribuição instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar um comercial na televisão que continha nitidamente propaganda enganosa.

Nesse caso, o objeto do inquérito civil será a apuração de possíveis danos causados a uma espécie de:

- A) direito social;
- B) interesse difuso;
- C) interesse coletivo;
- D) direito disponível;
- E) interesse individual homogêneo.

Comentário

A) direito social;

INCORRETA. Os direitos sociais estão elencados no art. 6º da CF/88:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

B) interesse difuso;

CORRETA. O conceito de direitos difusos está previsto no Código de Defesa do Consumidor: são direitos transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Decore “pessoas indeterminadas”.

São exemplos de direitos difusos os direitos a um meio ambiente sadio, **à vedação à propaganda enganosa** e o direito à segurança pública.

No caso da nossa questão, um comercial na televisão continha uma propaganda enganosa, atingindo um número indeterminado de pessoas, pois é direcionada a toda comunidade.

Eu não consigo determinar quantas pessoas assistiram ao comercial.

C) interesse coletivo;

INCORRETA. O interesse coletivo, em sentido estrito, é aquele em as pessoas prejudicadas são determinadas ou determináveis. Eu consigo saber quem foi prejudicado ou quem poderia ter sido.

São os direitos de determinado grupo, categoria ou classe de pessoas.

São exemplos de direitos coletivos os direitos dos consumidores de receber serviços de boa qualidade das prestadoras de serviços públicos essenciais, como de telefonia, de abastecimento de água e de energia elétrica.

D) direito disponível;

INCORRETA. Os direitos disponíveis são aqueles em que a parte pode livremente dispor, sem que haja norma de caráter cogente, visando resguardar os interesses da coletividade. Ex: direito de herança, direitos autorais, direitos de imagem etc.

E) interesse individual homogêneo.

INCORRETA. Os interesses individuais homogêneos são aqueles que possuem natureza **DIVISÍVEL** e os seus titulares são pessoas determinadas.

Como possuem natureza divisível, é possível a reparação direta, ou seja, cada uma das pessoas prejudicadas pode, individualmente, pleitear a reparação no Poder Judiciário.



GABARITO B

54 – (2º Simulado Geral) O Ministério Público exerce função essencial à Justiça. Nos termos da Constituição Federal, o Chefe do Ministério Público da União é escolhido, dentre integrantes da carreira,

A) pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados com sanção do Presidente da República.

- B) por votação direta e secreta dos membros do Ministério Público, com aprovação do Senado Federal.
- C) por indicação dos órgãos de classe do Ministério Público, com nomeação do Presidente da República.
- D) por indicação do plenário do Senado, com aprovação do Presidente da República.
- E) pela Presidência da República, após aprovação do Senado Federal.

Comentário

Conforme dispõe o § 1º do art. 128 da CF/88, o Chefe do Ministério Público da União é escolhido, dentre integrantes da carreira, pela Presidência da República, após aprovação do Senado Federal:

Art. 128

(...)

§ 1º - O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Portanto, o Procurador-Geral da República, que é o chefe do MPU:

- Nomeado pelo Presidente da República
- Maiores de 35 anos
- Após a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal
- Mandato de 2 anos
- Permitida a recondução

GABARITO E

55 – (2º Simulado Geral) São órgãos auxiliares do Ministério Público:

- A) os Promotores de Justiça e o Procurador-Geral de Justiça.
- B) o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.

- C) as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
- D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.
- E) a Comissão de Concurso e os Estagiários.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 8º da LC nº 734/1993:

Artigo 8º - São órgãos auxiliares do Ministério Público:

I - os Centros de Apoio Operacional;

II - a Comissão de Concurso;

III - o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

IV - os órgãos de apoio técnico e administrativo;

V - os Estagiários.

VI - a Comissão Processante Permanente.

ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI COMPLEMENTAR Nº 734/93)						
ADM. SUPERIOR	Procuradoria-Geral de Justiça	Colégio de Procuradores de Justiça	Conselho Superior do Ministério Público	Corregedoria-Geral do Ministério Público		
ADMINISTRAÇÃO	Procuradorias de Justiça	Promotorias de Justiça				
EXECUÇÃO	Promotores de Justiça.	Procuradores de Justiça;	Conselho Superior do Ministério Público	Colégio de Procuradores de Justiça	Procurador-Geral de Justiça	
AUXILIARES	Centros de Apoio Operacional	Comissão de Concurso	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	órgãos de apoio técnico e administrativo	Estagiários	Comissão Processante Permanente

GABARITO E

56 – (2º Simulado Geral) No exercício de suas funções, o Ministério Público estadual poderá requisitar informações e documentos de autoridades, bem como de órgãos e entidades da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Segundo a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a requisição que tenha como destinatário governador de estado deverá ser encaminhada

A) pelo procurador-geral de justiça.

- B) por procurador de justiça atuante na causa.
- C) por promotor de justiça atuante na causa.
- D) pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- E) pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Comentário

Foi exigido o conhecimento do art. 26, § 1º:

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

(...)

II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, observado o disposto no art. 129, inciso VIII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los;

(...)

§ 1º As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo e os desembargadores, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

GABARITO A

DIREITO ADMINISTRATIVO

57 – (2º Simulado Geral) Considere que determinado agente público esteja sendo acusado da prática de improbidade administrativa, em decorrência de conduta que causou prejuízo à Administração por falta de zelo na guarda de bens que estavam sob seus cuidados. Tendo em vista que a conduta em questão ocorreu após a edição da Lei nº 14.230/2021, tem-se que

- A) demanda, para efeito de enquadramento como ato de improbidade, a condenação do agente na esfera disciplinar com pena de demissão ou suspensão não convertida em multa.
- B) será caracterizada como ato de improbidade se comprovada negligência, independentemente da ocorrência de enriquecimento ilícito do agente.
- C) depende, para fins de capitulação como ato de improbidade, da conjugação de dois elementos: dano ao erário e enriquecimento ilícito do agente.
- D) embora configure ato de improbidade, não será passível de punição se constatado prejuízo de pequena monta, sendo irrelevante, para tal fim, o elemento subjetivo dolo.
- E) somente configurará ato de improbidade se comprovado dolo do agente, não mais sendo admitidas modalidades culposas para tal tipificação.

Comentário

E) somente configurará ato de improbidade se comprovado dolo do agente, não mais sendo admitidas modalidades culposas para tal tipificação.

CORRETA. Uma das mais notáveis mudanças introduzidas pela Lei nº 14.230/2021 foi a exigência de DOLO para que se configure ato de improbidade administrativa, ou seja, não é mais possível responder por ato de improbidade que cause prejuízo ao erário na forma culposa, anteriormente admitida.

Agora, só mediante dolo.

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

GABARITO E

58 – (2º Simulado Geral) O Ministério Público estadual deseja ajuizar ação de improbidade administrativa em face de agente público que praticou ato de improbidade administrativa em prejuízo a certo município, localizado no interior de determinado estado da Federação. Nessa

situação hipotética, de acordo com o previsto expressamente na lei que regulamenta a ação de improbidade administrativa, a demanda deve ser ajuizada perante o foro do(a)

- A) local onde ocorreu o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.
- B) domicílio do réu ou do local onde ele possui patrimônio.
- C) domicílio do réu ou do local onde ocorreu o dano.
- D) pessoa jurídica prejudicada ou da capital do estado.
- E) capital do estado ou do local onde o réu possui patrimônio.

Comentário

A ação de improbidade administrativa deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica interessada:

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

§ 4º-A A ação a que se refere o caput deste artigo deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

ATENÇÃO! Repare que o art. 17 estabelece a competência EXCLUSIVA do MP para propor a ação de improbidade. CONTUDO, o STF já entendeu que a legitimidade é tanto do MP quanto das pessoas jurídicas interessadas:

[...] DEFIRO PARCIALMENTE A CAUTELAR, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, para, até julgamento final de mérito: (A) CONCEDER INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ao caput e §§ 6º-A, 10-C e 14, do artigo 17 da Lei nº 8.429/92, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, no sentido da **EXISTÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA CONCORRENTE ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**; (B) SUSPENDER OS EFEITOS do § 20, do artigo 17 da Lei nº 8.429/92, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, em relação a ambas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (7042 e 7043); (C) SUSPENDER OS EFEITOS do artigo 3º da Lei nº 14.230/2021. Publique-se. Brasília, 17 de fevereiro de 2022. Ministro Alexandre de Moraes Relator Documento assinado digitalmente

(STF - ADI: 7042 DF 0066053-39.2021.1.00.0000, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 17/02/2022, Data de Publicação: 21/02/2022)

Portanto, fique ligado: se a banca perguntar de acordo com a LIA, responde somente o MP. Se perguntar de acordo com o STF, responde MP e pessoas jurídicas interessadas.

GABARITO A

59 – (2º Simulado Geral) Conforme dispõe o Ato Normativo nº 664-PGJ-CGMP-CSMP, de 08 de outubro de 2010, exceto nos casos urgentes, o prazo para executar as determinações do Promotor de Justiça é de:

- a) 24 horas.
- b) 48 horas.
- c) 3 dias.
- d) 5 dias.
- e) 10 dias.

Comentário

O prazo para executar é de 5 dias!!!

Art. 9º, § 2º. Exceto nos casos urgentes, é de 5 (cinco) dias o prazo para executar as determinações do Promotor de Justiça.

GABARITO D

60 – (2º Simulado Geral) Nos termos da Resolução nº 1.342, de 01/07/2021, a notícia de fato será apreciada:

- a) no prazo de 10 (dez) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por igual período.
- b) no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por igual período.
- c) no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias.
- d) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.
- e) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 12:

Art. 12. A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.

GABARITO D

61 – (2º Simulado Geral) Marta, servidora pública do Estado de São Paulo, ausentou-se do serviço público, sem causa justificável, por cinquenta e dois dias, interpoladamente, durante um ano. Neste caso, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Marta

- A) não está sujeita à nenhuma penalidade, porque as faltas foram interpoladas.
- B) está sujeita à penalidade de demissão.
- C) não está sujeita à nenhuma penalidade, porque as faltas não ultrapassaram sessenta dias.
- D) está sujeita apenas à pena de repreensão e multa no valor de cinquenta e dois dias trabalhados.
- E) está sujeita apenas à pena de suspensão e multa no valor de cinquenta e dois dias trabalhados.

Comentário

Marta sofrerá pena de demissão por inassiduidade.

Considerar-se-á inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ou por mais de 20 (vinte) dias úteis intercalados, durante 1 (um) ano.

Artigo 256 - Será aplicada a pena de demissão nos casos de:

~~I - abandono de cargo;~~

I - Revogado;

- Inciso I revogado pela Lei Complementar 1.361, de 21/10/2021, com efeitos a partir de 01/11/2021.

II - procedimento irregular, de natureza grave;

III - ineficiência no serviço;

IV - aplicação indevida de dinheiros públicos, e

~~V - ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.~~

V - inassiduidade. (NR)

- Inciso V com redação dada pela Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021.

~~§ 1º Considerar-se-á abandono de cargo, o não comparecimento do funcionário por mais de (30) dias consecutivos ex vi do art. 63.~~

§ 1º - Considerar-se-á inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ou por mais de 20 (vinte) dias úteis intercalados, durante 1 (um) ano. (NR)

GABARITO B

62 – (2º Simulado Geral) De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, a atuação de funcionários públicos na administração de sociedades comerciais é

- A) permitida, exceto, apenas, se a sociedade tiver objeto relacionado com a atividade da repartição ou serviço em que o servidor esteja lotado.
- B) permitida, exceto, apenas, se a sociedade mantiver relações comerciais com o Governo do Estado.
- C) permitida, exceto, apenas, se a sociedade for subvencionada pelo Governo do Estado.
- D) permitida, em se tratando de sociedade em que o Estado seja acionista, bem como em cooperativas e associações de classe.
- E) vedada, exceto quando se trate de empresa controlada ou subvencionada pelo Governo do Estado.

Comentário

Artigo 243 - É proibido ainda, ao funcionário:

(...)

II - participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado, sejam por este subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;

(...)

Parágrafo único - Não está compreendida na proibição dos itens II e VI deste artigo, a participação do funcionário em sociedades em que o Estado seja acionista, bem assim na direção ou gerência de cooperativas e associações de classe, ou como seu sócio.

GABARITO D

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

63 – (2º Simulado Geral) Credor de obrigação contratual propôs ação de cobrança em face dos três devedores solidários, o que deu azo à instauração de processo eletrônico.

Validamente citados, os réus constituíram advogados diferentes, pertencentes a escritórios de advocacia distintos, tendo cada qual, então, ofertado a sua peça contestatória.

Encerrada a fase instrutória e proferida sentença em que se julgava procedente o pleito autoral, o prazo de que os demandados dispõem para interpor recurso de apelação é:

- A) simples;
- B) duplicado;
- C) duplicado, desde que a peça recursal seja formalmente una;
- D) triplicado;
- E) quadruplicado.

Comentário

A regra de que os litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão os prazos contados em DOBRO para todas as manifestações SOMENTE SE APLICA AOS PROCESSOS FÍSICOS.

No caso da nossa questão, estamos diante de um PROCESSE ELETRÔNICO, de forma que tal regra não se aplica, ou seja, o prazo será contado de forma simples, pela regra geral.

Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

(...)

§ 2º Não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos.

OBS: O QUE É LITISCONSORTE? O litisconsorte ocorre quando temos vários autores ou vários réus.

Litisconsorte ativo: 2 ou mais pessoas propõe a ação.

Litisconsorte passiva: a ação é proposta em face de 2 ou mais réus.

Perceba que, no caso da nossa questão, nós temos um litisconsorte passivo, pois são 3 devedores.

GABARITO A

64 – (2º Simulado Geral) Marcella, advogada de uma empresa em processo que tramita numa Vara Cível da Comarca de Caçador (SC), foi intimada pelo juízo, numa quarta-feira, para a prática de determinado ato processual no prazo de cinco dias.

Considerando ser feriado na segunda-feira da semana seguinte, o termo final do prazo processual concedido à patrona se dá na:

- A) segunda-feira da semana seguinte;
- B) terça-feira da semana seguinte;
- C) quarta-feira da semana seguinte;
- D) quinta-feira da semana seguinte;
- E) sexta-feira da semana seguinte.

Comentário

Questão de contagem de prazo.

Temos que saber as seguintes informações:

1º) Somente se computa na contagem os dias úteis

2º) Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

3º) A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

(...)

Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

§ 1º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

§ 2º Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

§ 3º A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

Traduzindo de forma bem objetiva:

- Primeiro o cartório vai disponibilizar a informação no DJE (suponha que tenha sido numa segunda-feira). Isso ainda não é considerada a publicação. É só a disponibilização da informação no DJE.
- A data da publicação (que é considerada a data da intimação) é considerada no dia útil seguinte, ou seja, terça-feira.
- E o início da contagem do prazo se dá no dia útil seguinte ao da publicação, ou seja, na quarta-feira.

No caso da nossa questão, a advogada foi intimada numa quarta-feira, ou seja, essa é data da publicação no DJE.

DATA DA INTIMAÇÃO = DATA DA PUBLICAÇÃO NO DJE

Se a publicação ou intimação ocorreu numa quarta-feira, o prazo começou a ser contado na quinta-feira (primeiro dia útil seguinte ao da publicação no DJE).

Então, devemos contar:

- Quinta-feira (1º dia útil) – termo inicial do prazo

- Sexta-feira (2º dia útil)
- Sábado, domingo e segunda-feira – NÃO CONTAM
- Terça-feira (3º dia útil)
- Quarta-feira (4º dia útil)
- Quinta-feira (5º dia útil) – termo final do prazo

GABARITO D

65 – (2º Simulado Geral) No tocante à atuação do Ministério Público no processo civil, é INCORRETO afirmar que:

- A) lhe é assegurada a prerrogativa da intimação pessoal dos atos processuais, mediante carga, remessa ou meio eletrônico.
- B) lhe é assegurada a prerrogativa do prazo duplicado para apresentar contestação;
- C) a sua intervenção, como custos legis, é obrigatória nos processos que envolvam interesse de incapazes.
- D) lhe é assegurada a faculdade de interpor recursos caso funcione como órgão agente, mas não como custos legis;
- E) lhe é assegurada a possibilidade de produzir provas, ainda que funcione como custos legis.

Comentário

A) lhe é assegurada a prerrogativa da intimação pessoal dos atos processuais, mediante carga, remessa ou meio eletrônico.

CORRETA. O MP deve ter vista dos autos depois das partes, bem como deve ser intimado de todos os atos do processo, sendo certo que tal intimação deve ser pessoal:

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

(...)

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.

(...)

Art. 183.

(...)

§ 1º A intimação pessoal far-se-á **por carga, remessa ou meio eletrônico**.

B) lhe é assegurada a prerrogativa do prazo duplicado para apresentar contestação;

CORRETA. Nos termos do art. 180 do CPC:

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em **dobro** para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.

C) a sua intervenção, como custos legis, é obrigatória nos processos que envolvam interesse de incapazes.

CORRETA. Custos legis significa fiscal da lei. O MP pode atuar como parte (órgão agente) ou como custos legis (fiscal da lei).

O MP atua OBRIGATORIAMENTE como fiscal da lei nos termos do art. 179:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

II - **interesse de incapaz**;

III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

D) lhe é assegurada a faculdade de interpor recursos caso funcione como órgão agente, mas não como custos legis;

INCORRETA. O MP pode recorrer na hipótese em que ele atuar como parte e também na hipótese em que ele atuar como custos legis (fiscal da lei):

Art. 179. Nos casos de intervenção **como fiscal da ordem jurídica**, o Ministério Público:

I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes **e recorrer**.

E) lhe é assegurada a possibilidade de produzir provas, ainda que funcione como custos legis.

CORRETA.

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

II - **poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.**

GABARITO D

66 – (2º Simulado Geral) A respeito da Resolução nº 125/2010, é correto afirmar que:

a) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos dois servidores com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos.

b) Nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, é obrigatória a implantação de Centros onde exista um juízo, juizado, vara ou subseção, desde que atendidos por centro regional ou itinerante.

c) O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas, inclusive universidades e instituições de ensino, sendo vedada a atuação de entidades privadas.

d) Os Centros contarão com um juiz coordenador, vedada a atuação de um adjunto.

e) O coordenador do Centro poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo.

Comentário

a) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos ~~dois~~ servidores com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos.

INCORRETA.

Art. 9º

(...)

§ 3º Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue **ao menos um servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos**

consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

b) Nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, ~~é obrigatória~~ a implantação de Centros onde exista um juízo, juizado, vara ou subseção, desde que atendidos por centro regional ou itinerante.

INCORRETA. É facultativa:

Art. 8º

(...)

§ 4º Nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, **é facultativa** a implantação de Centros onde exista um juízo, juizado, vara ou subseção, desde que atendidos por centro regional ou itinerante, nos termos do § 3º deste artigo. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

c) O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas, inclusive universidades e instituições de ensino, ~~sendo vedada a atuação de entidades privadas.~~

INCORRETA. Entidades privadas também estão incluídas:

Art. 5º O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas **e privadas** parceiras, inclusive universidades e instituições de ensino.

d) Os Centros contarão com um juiz coordenador, vedada a atuação de um adjunto.

INCORRETA. Se necessário, poderá ter um juiz adjunto:

Art. 9º Os Centros contarão com um juiz coordenador **e, se necessário, com um adjunto**, aos quais caberá: (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

I – administrar o Centro; (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

II – homologar os acordos entabulados; (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

III – supervisionar o serviço de conciliadores e mediadores. (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

e) O coordenador do Centro poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo.

CORRETA. Nos termos do § 7º do art. 8º

Art. 8º

(...)

§ 7º O coordenador do Centro poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

GABARITO E

67 – (2º Simulado Geral) Assinale a alternativa que corresponda ao mecanismo de autocomposição recomendado toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais.

- a) Negociação.
- b) Práticas restaurativas.
- c) Conciliação.
- d) Convenções processuais.
- e) Mediação.

Comentário

O mecanismo de autocomposição descrito no enunciado corresponde às Convenções Processuais:

Art. 15. As **convenções processuais** são recomendadas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais.

DAS PRÁTICAS AUTOMPOSITIVAS NO ÂMBITO DO MP (RES. Nº 125/2014 DO CNMP)	
NEGOCIAÇÃO	1º) Recomendação: controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal 2º) o é recomendada, ainda, para a solução de problemas referentes à formulação de convênios, redes de trabalho e parcerias entre entes públicos e

	privados, bem como entre os próprios membros do Ministério Público
MEDIAÇÃO	1º) Recomendação: solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes 2º) Ao final da mediação, havendo acordo entre os envolvidos, este poderá ser referendado pelo órgão do Ministério Público ou levado ao Judiciário com pedido de homologação 3º) Confidencialidade, salvo autorização expressa dos envolvidos, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo o membro ou servidor que participar da mediação ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.
CONCILIAÇÃO	1º) Recomendação: para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos 2º) A conciliação será empreendida naquelas situações em que seja necessária a intervenção do membro do Ministério Público, servidor ou voluntário, no sentido de propor soluções para a resolução de conflitos ou de controvérsias, sendo aplicáveis as mesmas normas atinentes à mediação.
PRÁTICAS RESTAURATIVAS	1º) Recomendação: nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o (s) seu (s) autor (es) e a (s) vítima (s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos. 2º) o infrator, a vítima e quaisquer outras pessoas ou setores, públicos ou privados, da comunidade afetada, com a ajuda de um facilitador, participam conjuntamente de encontros, visando à formulação de um plano restaurativo para a reparação ou minoração do dano, a reintegração do infrator e a harmonização social
CONVENÇÕES PROCESSUAIS	1º) Recomendação: procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos 2º) Modo: devem ser celebradas de maneira dialogal e colaborativa, com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos por intermédio da harmonização entre os envolvidos, podendo ser documentadas como cláusulas de termo de ajustamento de conduta. 3º) poderá o membro do Ministério Público, em qualquer fase da investigação ou durante o processo, celebrar acordos visando constituir, modificar ou extinguir situações jurídicas processuais.

GABARITO D

68 – (2º Simulado Geral) Nos termos da Res. 225/2016 do CNJ, são princípios que orientam a justiça restaurativa:

- a) a publicidade e a consensualidade
- b) o empoderamento e a confidencialidade
- c) a formalidade e a reparação dos danos
- d) a parcialidade e a corresponsabilidade
- e) a obrigatoriedade e a espontaneidade

Comentário

Art. 2º São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

São 12 os princípios:

PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A JUSTIÇA RESTAURATIVA
1) corresponsabilidade
2) reparação dos danos
3) atendimento às necessidades de todos os envolvidos
4) informalidade
5) voluntariedade
6) imparcialidade
7) participação
8) empoderamento
9) consensualidade
10) confidencialidade
11) celeridade
12) urbanidade

GABARITO B

DIREITO PENAL

69 – (2º Simulado Geral) Lauro, condutor não habilitado, no intuito de se precaver em eventual fiscalização ao dirigir sua motocicleta pela cidade, foi até uma delegacia de polícia e registrou boletim de ocorrência de perda de CNH inexistente. Nessa situação hipotética, a conduta de Lauro configurou

- A) falsidade ideológica.
- B) falsidade de documento público.
- C) falsidade de documento particular.
- D) comunicação falsa de crime ou contravenção.
- E) denúncia caluniosa.

Comentário

Como Lauro preencheu um documento verdadeiro (boletim de ocorrência) com informações falsas (perda de CNH inexistente), no intuito de se precaver em eventual fiscalização, ele praticou o crime de falsidade ideológica:

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

FIQUE DE OLHO: Na falsidade ideológica, o documento é autêntico em seus requisitos extrínsecos, apenas o seu conteúdo é falso. Conforme menciona o tipo penal, trata-se de falsidade nas declarações contidas no documento.

ATENÇÃO! Para que exista falsidade ideológica, é necessário que o agente queira prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Ausentes tais finalidades, o fato será atípico.

EX: Se eu inserir uma informação falsa num documento verdadeiro apenas para brincar com minha namorada, o fato é atípico, ou seja, não é crime.

GABARITO A

70 – (2º Simulado Geral) X, servidor público, pega, da repartição pública em que trabalha, cinco caixas com 50 canetas esferográficas, cujo valor é de R\$ 40,00 cada uma, antes de encerrar o

expediente, aproveitando-se de que era o último a sair da sala e de que não havia mais ninguém no local.

Nessa situação hipotética, a conduta praticada por X é caracterizada como

- A) concussão.
- B) peculato.
- C) atípica, em razão da insignificância da conduta.
- D) furto.
- E) corrupção ativa.

Comentário

A conduta do servidor público de pegar ou se apropriar de 5 caixas com 50 canetas esferográficas, aproveitando-se das facilidades do cargo público que ocupa (“aproveitando-se de que era o último a sair da sala e de que não havia mais ninguém no local”), configura o crime de peculato:

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Mas Siga, o valor das cinco caixas não ultrapassa nem a R\$ 200,00 (duzentos reais). Não seria aplicável nesse caso o princípio da insignificância?

Há uma Súmula do STJ vedando expressamente a aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a administração pública.

Súmula 599, STJ – O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

GABARITO B

71 – (2º Simulado Geral) No Ministério Público do Estado X, Perseu, servidor público, na função de supervisão do setor de RH, tomou conhecimento (e, posteriormente presenciou) que sua subordinada Afrodite, também servidora pública do *parquet*, rotineiramente, registrava o horário de almoço das 11 às 12 horas e se ausentava após esse horário para efetivamente almoçar, estendendo seu horário em duas horas todos os dias e contrariando as regras do órgão. Perseu soube que isso ocorria há mais de um mês, no entanto, por indulgência, deixou de apurar a infração disciplinar e nem mesmo comunicou o fato a seus superiores. A conduta de Perseu, estará sujeita ao previsto no crime de:

- a) excesso de exação.
- b) condescendência criminosa
- c) corrupção ativa
- d) prevaricação
- e) concussão

Comentário

Falou em “indulgência”, falou no crime de condescendência criminosa:

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por **indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:**

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Perceba que a lei incrimina duas condutas de caráter omissivo:

1º) deixar o superior hierárquico de responsabilizar o funcionário autor da infração;

2º) deixar o superior hierárquico de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, quando lhe falte autoridade para punir o funcionário infrator.

ATENÇÃO! crime de condescendência criminosa pressupõe que o agente, ciente da infração do subordinado e **por indulgência (clemência, tolerância)**, deixe de atuar. Se a motivação for

outra, poderão estar caracterizados delitos diversos, como a prevaricação ou a corrupção passiva, se a intenção do funcionário tiver sido, respectivamente, a satisfação de interesse ou sentimento pessoal ou a obtenção de alguma vantagem indevida.

GABARITO B

72 – (2º Simulado Geral) Tício e Tácito, trabalhadores autônomos do ramo de construção civil, fazendo-se passar por policiais civis, compareceram na empresa “X” aduzindo ter em mãos um mandado de busca e apreensão diante de suspeita de crime tributário, e de um mandado de prisão temporária contra Manoel, um dos sócios daquela empresa. Para não cumprir os mandados, Tício e Tácito solicitaram e receberam a quantia de R\$ 3.000,00 em dinheiro de Rodrigo, o outro sócio diretor da empresa. No caso apresentado, Tício e Tácito cometeram crime de

- A) corrupção ativa.
- B) usurpação de função pública.
- C) corrupção passiva.
- D) concussão.
- E) exercício arbitrário ou abuso de poder.

Comentário

No caso apresentado, Tício e Tácito cometeram crime de usurpação de função pública:

Usurpação de função pública

Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

E ainda praticaram na modalidade qualificada, já que receberam (auferiram) vantagem. Eles receberam a quantia de R\$ 3.000,00, devendo responder pela pena qualificada (reclusão, de 2 a 5 anos, e multa).

Como bem explica Victor Eduardo Rios Gonçalves:

“Usurpar significa desempenhar indevidamente uma atividade pública, ou seja, assumir indevidamente as atividades de determinada função pública, vindo a executar atos inerentes ao ofício, sem que tenha sido aprovado em concurso ou nomeado para tal função. Exs.: uma pessoa passa a se apresentar como policial e a realizar atos próprios desta função, ou alguém comparece ao Fórum e se apresenta como promotor e passa a fazer as audiências em nome do Ministério Público”.

Fonte: Victor Eduardo Rios Gonçalves. Direito Penal Esquematizado. Parte Especial. Pg. 1708. 2021.

GABARITO B

73 – (2º Simulado Geral) Patrício, ao chegar em sua residência, constatou o desaparecimento de um relógio que havia herdado de seu falecido pai. Suspeitando de um empregado que acabara de contratar para trabalhar em sua casa e que ficara sozinho por todo o dia no local, Patrício registrou o fato na Delegacia própria, apontando, de maneira precipitada, o empregado como autor da subtração, sendo instaurado o respectivo inquérito em desfavor daquele “suspeito”. Ao final da investigação, o inquérito foi arquivado a requerimento do Ministério Público, ficando demonstrado que o indiciado não fora o autor da infração.

Considerando que Patrício deu causa à instauração de inquérito policial em desfavor de empregado cuja inocência restou demonstrada, é correto afirmar que o seu comportamento configura

- A) fato atípico.
- B) crime de denúncia caluniosa dolosa.
- C) crime de denúncia caluniosa culposa.
- D) crime de comunicação falsa de crime ou contravenção.
- E) crime de autoacusação falsa.

Comentário

É correto afirmar que o seu comportamento configura FATO ATÍPICO.

Na denúncia caluniosa, o denunciante deve ter plena consciência de que está acusando uma pessoa inocente, ou seja, não existe denúncia caluniosa quando alguém acusa outra pessoa supondo que ela realmente praticou um crime.

No caso da nossa questão aconteceu exatamente essa situação.

Perceba que Patrício realmente suspeitava do seu empregado recentemente contratado. Ele não tinha plena consciência de que ele era inocente, de forma que não se configurou o crime de denúncia caluniosa.

Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo **de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020)**

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

GABARITO A

74 – (2º Simulado Geral) Luiz é muito amigo do magistrado Paulo. Certo dia, sabedor de que seu vizinho é parte em ação indenizatória a ser julgada por Paulo, oferece ajuda para exercer influência sobre a decisão do referido magistrado. Para tanto, solicita que seu vizinho lhe dê 30% do valor a ser obtido em caso de êxito na ação indenizatória. O magistrado, que não sabia o que estava ocorrendo, acabou julgando a causa em favor do vizinho de Luiz, que, por sua vez, cumpriu o combinado, repassando parte do valor obtido a Luiz.

O crime cometido por Luiz foi:

- A) tráfico de influência (Artigo 332 do Código Penal brasileiro).
- B) corrupção ativa (Artigo 333 do Código Penal brasileiro).
- C) fraude processual (Artigo 347 do Código Penal brasileiro).

D) advocacia administrativa (Artigo 321 do Código Penal brasileiro).

E) exploração de prestígio (Artigo 357 do Código Penal brasileiro).

Comentário

Como a solicitação de dinheiro se deu a pretexto de influir em juiz, o crime cometido é o de exploração de prestígio:

Exploração de prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

- Qual a diferença entre o crime de exploração de prestígio e o crime de tráfico de influência?



A diferença está no agente que será influenciado:

I) Se for juiz, jurado, órgão do MP, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha – o crime será o de EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO.

II) Se for qualquer outro funcionário público: TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.

MACETE: as funções de juiz, jurado, órgão do MP, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha POSSUEM PRESTÍGIO. Logo, o crime será o de EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO.

Se for qualquer outro funcionário público, o crime será o de TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.

GABARITO E

DIREITO PROCESSUAL PENAL

75 – (2º Simulado Geral) Em relação ao acordo de não persecução penal (ANPP), assinale a opção correta.

- A) O Ministério Público é obrigado a notificar o investigado no caso de recusa do oferecimento do ANPP.
- B) O magistrado pode determinar compulsoriamente que o Ministério Público ofereça o acordo, caso verifique a presença dos requisitos legais para tanto.
- C) Não é cabível o ANPP na prática de crime cometido com grave ameaça, ainda que a pena mínima seja inferior a quatro anos.
- D) O ANPP constitui direito subjetivo do investigado.
- E) O ANPP só se aplica aos fatos ocorridos posteriormente à entrada em vigor da Lei n.º 13.964/2019.

Comentário

A) O Ministério Público é obrigado a notificar o investigado no caso de recusa do oferecimento do ANPP.

INCORRETA. Não há qualquer artigo no CPP que determine essa notificação, conforme já entendeu o STJ:

Na legislação vigente não existe a obrigatoriedade de o Ministério Público notificar o investigado em caso de recusa em se propor o acordo de não persecução penal. STJ. 5ª Turma. AgRg no REsp 1.948.350/RS, Rel. Min. Jesuíno Rissato, julgado em 09/11/2021.

B) O magistrado pode determinar compulsoriamente que o Ministério Público ofereça o acordo, caso verifique a presença dos requisitos legais para tanto.

INCORRETA. A possibilidade de oferecimento do acordo de não persecução penal é conferida exclusivamente ao Ministério Público, não cabendo ao Poder Judiciário determinar ao Parquet que o ofereça.

A possibilidade de oferecimento do acordo de não persecução penal é conferida exclusivamente ao Ministério Público, não cabendo ao Poder Judiciário determinar ao Parquet que o ofereça.

STJ. 5ª Turma. RHC 161.251-PR, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 10/05/2022 (Info 739).

C) Não é cabível o ANPP na prática de crime cometido com grave ameaça, ainda que a pena mínima seja inferior a quatro anos.

CORRETA. De fato, um dos requisitos para que o MP proponha o ANPP é que a infração penal não tenha sido cometida com violência ou grave ameaça.

Requisitos (caput e § 2º do art. 28-A)

REQUISITOS PARA QUE O MP POSSA PROPOR O ANPP	
1) não ser o caso de arquivamento	Se não houver justa causa ou existir alguma outra razão que impeça a propositura da ação penal, não é caso de oferecer o acordo, devendo o MP pedir o arquivamento do inquérito policial ou investigação criminal.
2) o investigado deve ter confessado a prática da infração penal	O ANPP exige que o investigado tenha confessado formal (em ato solene) e circunstancialmente (com detalhes) a prática da infração penal. O art. 18, § 2º, da Res. 181/2017-CNMP exige que a confissão seja registrada em áudio e vídeo.
3) infração penal foi cometida sem violência e sem grave ameaça	A infração penal não pode ter sido cometida com violência ou grave ameaça. Prevalece que é cabível ANPP se a infração foi cometida com violência contra coisa .

	Assim, o ANPP somente é proibido se a infração foi praticada com grave ameaça ou violência contra pessoa .
4) a pena mínima da infração penal é menor que 4 anos	A infração penal cometida deve ter pena mínima inferior a 4 anos. Se a pena mínima for igual ou superior a 4 anos, não cabe. Para aferição da pena mínima, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto. Aplicam-se ao ANPP, por analogia, as súmulas 243-STJ e 723-STF.
5) o acordo deve se mostrar necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime no caso concreto	Esse requisito revela que a propositura, ou não, do acordo está atrelada a certo grau de discricionariedade do membro do MP, que avaliará se essa necessidade e suficiência estão presentes no caso concreto.
6) não caber transação penal	Se for cabível transação penal (art. 76 da Lei nº 9.099/95), o membro do MP deve propor a transação (e não o ANPP). Isso porque se trata de benefício mais vantajoso ao investigado. Por outro lado, mesmo que seja cabível a suspensão condicional do processo, ainda assim, o membro do MP pode propor o ANPP.
7) o investigado deve ser primário	Se o investigado for reincidente (genérico ou específico), não cabe ANPP.
8) não haver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas	Regra: se houver elementos probatórios que indiquem que o investigado possui uma conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, não cabe ANPP. Exceção: se essas infrações pretéritas que o investigado se envolveu forem consideradas "insignificantes", será possível propor ANPP.
9) o agente não pode ter sido beneficiado nos 5 anos anteriores ao cometimento da infração com outro ANPP, transação penal ou suspensão condicional do processo	No momento de decidir se vai propor o ANPP, o membro do MP deverá analisar se, nos últimos 5 anos (contados da infração), aquele investigado já foi beneficiado: • com outro ANPP; • com transação penal ou • com suspensão condicional do processo.

10) a infração praticada não pode estar submetida à Lei Maria da Penha

Não cabe ANPP nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

Fonte: <https://www.dizerodireito.com.br/2022/08/a-possibilidade-de-oferecimento-do.html>

D) O ANPP constitui direito subjetivo do investigado.

INCORRETA. A possibilidade de oferecimento do acordo de não persecução penal é conferida exclusivamente ao Ministério Público, não constituindo direito subjetivo do investigado. Se fosse direito subjetivo, o MP seria obrigado a propor o acordo de não persecução penal, o que não é o caso.

As condições descritas em lei são requisitos necessários para o oferecimento do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro. **Entretanto, não obriga o Ministério Público, nem tampouco garante ao acusado verdadeiro direito subjetivo em 115realiza-lo.** Simplesmente, permite ao Parquet a opção, devidamente fundamentada, entre denunciar ou realizar o acordo, a partir da estratégia de política criminal adotada pela Instituição.

O art. 28-A do Código de Processo Penal, alterado pela Lei 13.964/19, foi muito claro nesse aspecto, estabelecendo que o Ministério Público 'poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições'.

STF. 1ª Turma. HC 191124 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 08/04/2021.

E) O ANPP só se aplica aos fatos ocorridos posteriormente à entrada em vigor da Lei n.º 13.964/2019.

INCORRETA. O ANPP pode ser aplicado para fatos ocorridos antes da vigência da Lei nº 13.964/2019? SIM, mas desde que ainda não tenha sido recebida a denúncia.

O acordo de não persecução penal (ANPP) aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei nº 13.964/2019, desde que não recebida a denúncia.

STJ. 5ª Turma. HC 607.003-SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 24/11/2020 (Info 683).

GABARITO C

76 – (2º Simulado Geral) Ação penal pública incondicionada é promovida mediante

- A) queixa pela vítima.
- B) queixa pelo Ministério Público.
- C) denúncia pela vítima.
- D) denúncia pelo Ministério Público.
- E) queixa pelo Ministério Público após representação da vítima.

Comentário

Importante lembrar que as ações penais públicas podem ser classificadas em incondicionadas ou condicionadas.

Ação penal pública incondicionada: a ação pode ser promovida apenas pela denúncia do Ministério Público, sem depender de qualquer outra condição.

Ação penal pública condicionada: também é promovida por denúncia do MP, mas depende de requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-la, nos termos do art. 24 do CPP:

Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

GABARITO D

77 – (2º Simulado Geral) Chega notícia através da Ouvidoria do Ministério Público da prática de determinado crime e que possivelmente haveria omissão da Delegacia de Polícia na apuração. Em razão disso, o Promotor de Justiça instaura procedimento de investigação criminal no âmbito da própria Promotoria. Sobre o poder investigatório do Ministério Público, de acordo com a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, a conduta do promotor foi:

- A) ilegal, pois o Ministério Público não tem poder para investigar diretamente e por meio próprio a prática de qualquer crime;
- B) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, desde que haja omissão da Polícia Civil, ainda que não exista inquérito policial instaurado anteriormente;
- C) ilegal, pois o Ministério Público somente pode investigar diretamente se houver inquérito policial instaurado previamente e confirmada a omissão da autoridade policial;

D) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, respeitados os direitos constitucionais do investigado, assim como eventual foro por prerrogativa de função;

E) ilegal, somente cabendo ao Ministério Público exercer o controle da atividade policial.

Comentário

D) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, respeitados os direitos constitucionais do investigado, assim como eventual foro por prerrogativa de função.

CORRETA.

O Ministério Público pode realizar diretamente a investigação de crimes? SIM. O MP pode promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal.

Assim já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

“O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/94, artigo 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa instituição”.

STF. Plenário. RE 593727/MG, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 14/5/2015.

GABARITO D

78 – (2º Simulado Geral) Conforme dispõe a Resolução 1.364/2021, o procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de:

- a) 15 (quize) dias, vedada a prorrogação.
- b) 30 (trinta) dias, admitida uma única prorrogação por igual período.
- c) 60 (sessenta) dias, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas.
- d) 90 (noventa) dias, por igual período, prorrogações sucessivas.
- e) 120 (cento e vinte) dias, admitida uma única prorrogação por igual período.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 13:

Art. 13. O procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas, por decisão fundamentada do membro do Ministério Público responsável pela sua condução

GABARITO D

79 - (2º Simulado Geral) De acordo com o que dispõe a Resolução n. 1.364/2021, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento investigatório criminal não poderá ser instaurado de ofício pelo membro do Ministério Público.
- b) O procedimento investigatório criminal é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.
- c) Em poder de quaisquer peças de informação, é vedado ao membro do Ministério Público encaminhar as peças para o Juizado Especial Criminal, caso a infração seja de menor potencial ofensivo.
- d) A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.
- e) O membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições criminais, deverá dar andamento, no prazo de 15 (quinze) dias a contar de seu recebimento, às representações, requerimentos, petições e peças de informação que lhe sejam encaminhadas, podendo ser prorrogado, fundamentadamente, por até 60 (sessenta) dias, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares.

Comentário

a) O procedimento investigatório criminal não poderá ser instaurado de ofício pelo membro do Ministério Público.

INCORRETA. Pode sim:

Art. 3º. O procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de ofício, por membro do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições criminais, ao tomar conhecimento de infração penal de iniciativa pública, por qualquer meio, ainda que informal, ou mediante provocação.

b) O procedimento investigatório criminal é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

INCORRETA. Não é não!!!

Art. 1º

(...)

§ 1º. O procedimento investigatório criminal **não é condição de procedibilidade ou pressuposto processual** para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

c) Em poder de quaisquer peças de informação, ~~é vedado~~ ao membro do Ministério Público encaminhar as peças para o Juizado Especial Criminal, caso a infração seja de menor potencial ofensivo.

INCORRETA. Poderá sim!

Art. 2º. Em poder de quaisquer peças de informação, o membro do Ministério Público **poderá:**

I – promover a ação penal cabível;

II – instaurar procedimento investigatório criminal;

III – **encaminhar as peças para o Juizado Especial Criminal, caso a infração seja de menor potencial ofensivo;**

IV – promover fundamentadamente o respectivo arquivamento;

V – requisitar a instauração de inquérito policial, indicando, sempre que possível, a sua capitulação legal e as diligências necessárias à elucidação dos fatos, sem prejuízo daquelas que vierem a ser realizadas por iniciativa da autoridade policial competente.

d) A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

CORRETA. É o que estabelece o § 1º do art. 3º:

Art. 3º

(...)

§1º. A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, **preferencialmente**, por meio eletrônico.

e) O membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições criminais, deverá dar andamento, no prazo de ~~15 (quinze) dias~~ a contar de seu recebimento, às representações, requerimentos, petições e peças de informação que lhe sejam encaminhadas, podendo ser prorrogado, fundamentadamente, por até ~~60 (sessenta) dias~~, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares.

INCORRETA.

Art. 3º

(...)

§ 5º. O membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições criminais, deverá dar andamento, no prazo de **30 (trinta) dias** a contar de seu recebimento, às representações, requerimentos, petições e peças de informação que lhe sejam encaminhadas, podendo ser prorrogado, fundamentadamente, por até **90 (noventa) dias**, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares.

GABARITO D

80 – (2º Simulado Geral) Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo

A) somente as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

B) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

C) somente os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.

D) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima de 36 meses, desde que não cumulada com multa.

E) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 61 da Lei 9.099/95:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

GABARITO B

GABARITO

1C	2B	3A	4C	5E	6E	7E	8C	9E	10D
11A	12D	13D	14B	15A	16D	17C	18E	19C	20E
21A	22A	23C	24B	25B	26A	27B	28C	29D	30C
31D	32A	33D	34C	35A	36A	37A	38B	39D	40D
41B	42E	43B	44B	45E	46E	47D	48A	49D	50B
51C	52E	53B	54E	55E	56A	57E	58A	59D	60D
61B	62D	63A	64D	65D	66E	67D	68B	69A	70B
71B	72B	73A	74E	75C	76D	77D	78D	79D	80B